

BRASIL AGORA

ANO II - Nº 56
10 A 25 DE MARÇO DE 1994
CR\$ 600,00

*Inflação alta ameaça continuar com plano FHC2.
Nova moeda pode nascer contaminada.
Plano arrocha salários e deve ter apoio das elites para
ajudar Fernando Henrique na disputa presidencial.
País corre o risco de...*

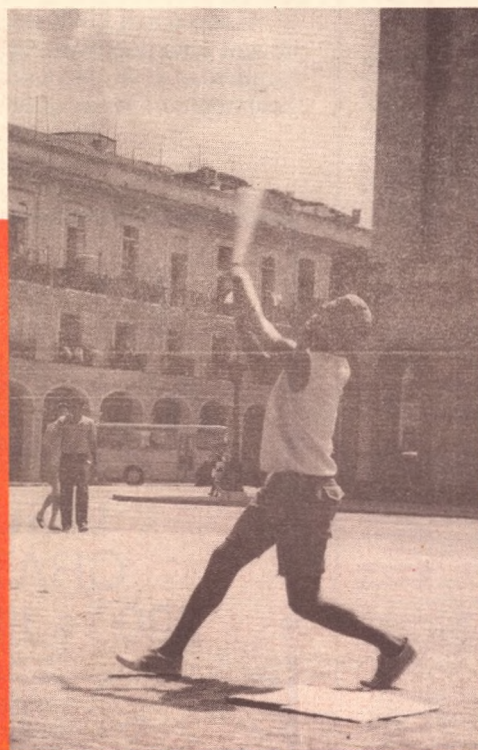
UM NOVO ESTELIONATO ELEITORAL

Págs. 8 e 9



*Novas
acusações
contra
o velho
Maluf.
Pág.5*

*Pesquisas
eleitorais
deixam
elites em
pânico.
Pág.7*



*Cubanos
procuram
saida
para
crise
econômica.
Pag.15*



DIALOGO

Desrespeito

O Brasil Agora nº 55, ao tratar dos episódios carnavalescos envolvendo o presidente e o ministro da Justiça, o editor se deixou pautar e confundir pela imprensa das elites. Ingênuo e despolitizado, repetiu as bobagens que leu nos jornais. E, sem medir as conseqüências, autorizou a publicação de palavões e desenhos ofensivos às mulheres.

Como se não bastasse, o jornal foi omissivo quanto ao que era importante; silenciou sobre as agressões do ministro da Justiça contra duas trabalhadoras, as jornalistas que faziam seu trabalho de cobertura no tal camarote dos bicheiros. Desse jeito, para que serve o Brasil Agora?

Por tudo isso, peço que suspenda minha assinatura, até que o jornal mude de linha editorial, trazendo as questões para o nosso campo político. E respeitando as mulheres, conforme resolução do 1º Congresso.

Maria Otília Bocchini
São Paulo - SP

ImPTnentes

Estou enviando como sugestão ao Brasil Agora, a criação de uma coluna que responda perguntas dos leitores, a exemplo da revista Superinteressante que tem a coluna "Perguntas Superintrigantes". A nossa poderia ser "Perguntas imPTnentes".

O motivo pelo qual eu gostaria que tivesse essa coluna é para tirar as nossas dúvidas e indagações a respeito de política, conjuntura nacional e internacional e do próprio PT, quando algumas resoluções da sua Direção e da Bancada que às vezes não entendemos direito. Seria uma coluna animada, como é o próprio partido.

Hélio Jorge
Maceió, AL

**BRASIL
AGORA**

Diretor: Markus Sokol - **Editor:** José Américo Dias - **Editor de Arte:** Pedro Lyrio - **Diagramação:** Fábio Lyrio - **Guilberto Genestra** - **Redação:** Antonio Martins, Flávio Aguiar, Hamilton Cardoso, Váler Pomar, Adélia Chagas - **Sucursal Rio Grande do Sul:** Luciane Fagundes, José Luiz Lima e Marco Antônio Schuster. **Capitães:** Lara Dias e Márcio Venciguerra - **Revisão:** Denilce Cruz Fernandes - **Colaboradores:** Alan Rodrigues - **Alípio Freire, Aiolísio Morais, André Singer, Antonio Carlos Fon, Antonio Carlos de Queiroz, Clóvis Castro, Bernardo Kucinski, Breno Altman, Carlos E. Carvalho, Celso Horta, Célio, Cintia Campos, Cláudio Schuster, Denise Neumann, Edmilson de Souza, Emir Sader, Eugênio Buccl, Fernando Palva, Flamarion Maués, Flávia de Sampaio Leite, Flávio Loureiro, Flávio Pachalki, Genaro Urso, Helio Silva, Ivan Seixas, Isaac Akcelrud, João Machado, José Rocha, Juan Pezzutto, Juarez Guimarães, Justino Pereira, Kipper, Linete Martins, Luscar, Manoel Alvarez, Márcia Braga, Márcia Moreira, Marco Aurélio Garcia, Marcos Soares, Maria Lúcia Brandão, Mario Augusto Jakobskikh, Maringoni, Marisa Mellani, Marisa Dias Costa, Mladalra, Milton Fogo, Nelson Rios, Nilmarino Miranda, Norma Sueli O. Reis, Ohi, Pato, Patricia Cornils, Paulo Barbosa, Paulo Roberto Ferreira, Paulo Zilbermann, Pedro Ortiz, Perseu Abramo, Raimundo Pereira, Rogério Sattili, Rui Falcão, Sérgio Canova, Sérgio Suster, Walter Ono, Wladimir Pomar. A opinião dos articulistas não reflete necessariamente a linha editorial do jornal.**

Brasil Agora é uma publicação quinzenal da Editora Brasil Agora Ltda. - Alameda Gleite, 1409 - CEP 01215 - São Paulo/SP - Fones: 220-7718/223-0959 - Fax: (011) 222-7761 - **Administração:** Luiz Maier - **Assistente:** Ivanilda Alves - **Gerência Comercial:** Luiz Maier - **Circulação/Assinaturas:** Ana Maria Alves, Lucilene B. Silva - **Banco de Dados:** Guilberto Genestra - **Coordenação de Vendas S.P.:** Milton Fogo - **Assinaturas:** Rio de Janeiro: Paulo Morani (021) 284-5064. **Fortaleza:** José Vital (085) 254-1133. **Porto Alegre:** Talles da Rosa (051) 221-7733. **Belém:** Rui Santana, José Maria R. de Souza Filho (091) 224-8579. **Belo Horizonte:** Antonio Borges (Cebola) (031) 222-3735. **Florianópolis:** Wolney Chucra (0482) 24-1148 - **Expedição:** José Valdeci - **Serviços Gerais:** Elislandia M. Ferreira. **Impressão:** Diário de Mogi - **Distribuição:** Dinap S/A - **Tiragem desta Edição:** 35.000 exemplares foram impressos no dia 10 de março de 1994. **Jornalista Responsável:** José Américo Dias

Militarização da PF

Preocupa-me muito a militarização da Polícia Federal. Seus servidores ameaçam entrar em greve em março, pelos baixíssimos salários e as condições de trabalho irresponsáveis a que são obrigados a se sujeitarem. O PT não pode permitir este endurecimento das ações policiais na segurança pública. Eu não sei o que a elite e o governo Federal pretendem com este sucateamento da PF. Pretendem substituí-la paulatinamente pelas Forças Armadas? O PT deve lutar para que a PF seja transferida para o Poder Judiciário e não fique subordinada à vontade dos governantes e da elite. O PT deve ficar ao lado de um serviço eficiente, e não de um sucateamento premeditado em nome da contenção dos gastos públicos para combater o déficit público.

Fábio Machado de Freitas
Rio de Janeiro, RJ

Malufada na pele I

Sou estudante do Departamento de História da USP e filiado à UNE. Acho que todos os estudantes devem participar da vida política de nosso país. Agora, o que eu não posso aceitar é a (re)filiação compulsória que a UNE e a UBES vêm realizando em São Paulo.

Este ano, a emissão da carteira de passe escolar da CMTC está vinculada a filiação à UNE ou UBES. Expedida em "sociedade" com a prefeitura ela "dá direito" a meia entrada nos eventos culturais e a compra de passes de ônibus (benefício que antes não dependia da filiação). A concessão de um benefício aos estudantes não pode discriminar aqueles que não sejam membros de uma determinada entidade e, por outro lado, o ingresso do cidadão a uma entidade tem que ser livre e consciente. A filiação à UNE é um direito dos estudantes e não um dever.

Uma entidade que diz representar os estudantes não pode ser sustentada por prefeituras, governos ou políticos. Seria muito fácil para o prefeito cortar o repasse dessas verbas no primeiro momento que a UNE ou a UBES discordar de suas idéias.

Acho que a UNE e a UBES devem uma boa explicação aos estudantes deste seu estranho casamento com Salim Maluf.

José Cássio Másculo
São Paulo, SP

Malufada na pele II

Depois de observar atentamente mais uma malufada da administração municipal, no processo de privatização da CMTC, ficamos entregues à uma situação penosa e aparentemente sem chances de ser revertida. Pois, além dos números publicados no Brasil Agora nº 55, que mais uma vez denunciam interesses do empresariado paulista, que em alguns casos sequer são da área. Existe, porém, uma outra realidade e mais dura ainda: os bancos de fibra dos "novos" carros que andam circulando por aí.

O número de cooperativas - ônibus clandestinos - está aumentando a cada dia, enquanto que a qualidade desse serviço cai de modo vergonhoso. Geralmente, não se tem o troco da passagem. Quando o troco é devolvido, o dinheiro é substituído por uma tonelada de passes de pequeno valor. Uma atitude criminoso, pois deve-se trocar vale transporte por vale transporte e dinheiro por dinheiro. Mas, não para por aí, basta tentar fechar uma janela que você não terá problemas, e nem janela para fechar. Depois de tudo isso e de um dia de trabalho, pegue o seu clandestino e vá para casa descansar. A solução talvez seja se tornar também um clandestino para conviver harmoniosamente com essa desagradável condição de sub humanismo.

Guilberto Genestra
São Paulo, SP

Entradas e bandeiras

"Nada é maior do que a solidariedade e por ela a gente não agradece, se alegra". Arroz a quem tem fome; crédito aos penalizados agricultores, terra aos esquecidos famintos.

Brasil aos brasileiros. Numa terra grandiosa onde sobremorre um povo triste. Sobrenada, submundo resistem.

A sua imagem e semelhança de um miserável que insiste em seu direito à subsistência. Em Tremembé, calados e com frio eles arrastam na calada da noite. Estandarte na mão esquerda grafado - fome, bandeira na mão direita - dor.

Estomago nas costas, cabeça baixa, esperança no coração. Fincaram no solo da mão gentil seu movimento pacífico.

Os companheiros disseram amém. A polícia abriu alas com respeito para os caminhões despejarem no lixo. O lixo do luxo na porção de terra que lhes cabem neste vale do Paraíba. Vale de lágrimas.

Fizeram reverências mil a entrada do gado que desfilava calmamente, cumprindo com rigor a negociação feita com os policiais, de garantirem a integridade física de cada cabeça. De gado.

Um mal estar máximo a todos os viventes com o mínimo de visão de vida, justiça, ordem e progresso.

Animem-se, as hortaliças vingaram e o feijão brotou, o lixo adubou e o gado ajudou.

Parabéns Uruguaiana e Tremembé.
Alba Prado
São Paulo, SP



Deu algum problema com a sua assinatura do

Brasil Agora?

Passa a sua reclamação para a gente.

Fale com Ana Maria pelo

LIGUE GRÁTIS

0800-11-1300

**BRASIL
AGORA**
Assine já
**LIGUE
GRÁTIS**
0800 - 11.1300

Preencha em letra de forma. Envie cheque nominal e cruzado à EDITORA BRASIL AGORA LTDA. Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP. - Fones: (011) 220 7718 / 223 0959

NOME:.....

ENDEREÇO:.....

CIDADE:.....UF:.....

CEP:.....FONE:.....

PROFISSÃO:.....

CARTÃO DE CRÉDITO: VISA CREDICARD AMERICAN EXPRESS

Nº:.....VALIDADE:.....

Assinatura 12 edições CR\$ 9.200,00 Assinatura para o exterior (semestral US\$ 30)
 Assinatura 25 edições (anual) CR\$ 15.400,00 Assinatura de apoio (anual) CR\$ 22.400,00

**BRASIL
AGORA**

Injustiça !

Edson Cardoni, petista, bancário, ex-presidente da Prodam (Empresa de Processamento de Dados de São Paulo) no primeiro ano do governo de Luiza Erundina está sendo ameaçado de ir para a prisão. A Justiça acusa Edson de ter permitido que em sua gestão a empresa custeasse ônibus para manifestantes sem-terra participarem de um protesto em Brasília. Num momento em que dezenas de notórios corruptos desse país transitam por aí com a certeza da impunidade; quando Collor e Rosane gozam de tranquilidade em Alagoas, é uma vergonha para todo o povo brasileiro que um bancário, um homem pobre que vive de salário, militante abnegado, possa ser condenado por um motivo desses. Se isso acontecer, não só assistiremos mais uma vez a vitória da hipocrisia, como a nossa liberdade estará sofrendo uma profunda agressão.

* * *

Um jornal democrático pode cometer erros. A diferença com os jornais da direita é que, por ele ser aberto aos leitores, os erros podem ser livremente questionados em suas próprias páginas. De forma transparente, para que todos possam conhecer os argumentos em pauta. Na edição número 55, parte de um quadrinho de nosso colaborador Maringoni, publicado na página 16, foi transformada em chamada de capa e isso - mais a publicação do próprio quadrinho - provocou uma grande polêmica entre nossos leitores.

O **Brasil Agora** desculpa-se de todos aqueles que se sentiram agredidos pela ilustração, que envolveu o presidente Itamar e atriz de cinema e modelo Lillian Ramos, pois esse nunca foi o seu objetivo. Muito menos houve qualquer propósito de, através de Lillian, ofender as mulheres como um todo, já que, quando da publicação da charge, o entendimento foi de que se tratava de um quadro de humor de personalidades determinadas.

Estamos publicando um abaixo assinado de protesto nesta página e o jornal continua aberto a manifestações a qualquer interessado no assunto.

O Editor

ONU x COCA

A Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE), organismo das Nações Unidas criado para fiscalizar o cumprimento das convenções e

tratados internacionais sobre o assunto, lançou seu relatório anual sobre a questão das drogas no mundo, referente ao ano de 1993.

Conclui o relatório que "o problema das drogas deixou de ser uma questão meramente penal e social. Ele invadiu as esferas da Política Internacional e da Economia Mundial".

A princípio, esta conclusão exigiria medidas mais profundas dos órgãos que tratam da política das drogas, tanto a nível nacional, quanto internacional. Ao contrário dos objetivos do Programa das Nações Unidas para Fiscalização Internacional das Drogas (PNUFID), o tráfico internacional cresce a cada ano e atinge proporções incontroláveis. Contudo, o relator da JIFE faz apelos ao cumprimento da Convenção única de 1961 e alguns tratados complementares.

Soluções globais

É inquestionável que convenções e tratados internacionais, defendidos pela Organização das Nações Unidas, tenha um grande peso político. E também não se pode negar o esforço de várias nações em cooperar para a melhoria da situação geral do planeta. Entretanto, algumas soluções globais que se impõe a um ilimitado número de países - em sua maioria sub-desenvolvidos, tornam-se sem efeito por desconsiderarem as realidades locais.

O Relatório da JIFE aponta que nos últimos 20 anos houve uma

globalização do problema das drogas. E que, neste período, aumentou o poder econômico e a influência política dos cartéis da droga. A cooperação e a internacionalização unem os traficantes dos quatro cantos do mundo. Alerta, então, aos governos que passem a cooperar entre si em busca de soluções conjuntas.

A tendência de mundialização da economia não é recente. A revolução industrial inovou com a exportação de linhas de produção com o retorno do capital ao país de origem. Desta forma, deu a partida para a internacionalização do capital. Hoje em dia, os mercados comuns consagram esta tendência na busca da cooperação mútua.

Por que seria diferente com o tráfico de drogas, se ela busca o mesmo lucro que outras indústrias ou companhias transnacionais? Da mesma forma que o tráfico, a indústria farmacêutica vende drogas a inúmeras nações. Também a indústria de agrotóxicos contamina o alimento dos que não passam fome - esses últimos, vítimas do vício do consumo de quem concentra capitais e lucros.

Cooperação

O Relatório da JIFE ressalta, noutro momento, que "os governos estão percebendo que a cooperação internacional, que era expressão de solidariedade, converteu-se em uma questão de defesa própria. Fazem esta afirmação com entusiasmo, pois nunca acreditaram em solidariedade, mas respeitam o risco ao capital. Assim, os países com clara política neoliberal cobram, agora, uma postura firme dos estados nacionais no controle da corrupção, da lavagem de capitais, no aprimoramento das legislações e na solução dos problemas sociais e econômicos o que abre brechas para

o funcionamento de redes do tráfico e do crime organizado.

Apesar de apresentar dados significativos sobre o crescimento do tráfico e do consumo de drogas para uso não medicinal, a JIFE reconhece que cresceu principalmente nos países escandinavos e na Europa, o consumo de anfetaminas e outros comprimidos vendidos em farmácias. Entretanto, admite-se a limitação dos dados publicados, em função de dificuldades no repasse de informações pelos governos.

"A idéia de distinção de países na rota do tráfico está superada pela realidade", afirma o relatório. Portanto, os antigos países "produtores", de trânsito e "consumidores" encontram-se classificados num mesmo grupo, associando todas as expressões.

Contradição

Parece existir uma contradição entre o resultado do relatório da JIFE e suas recomendações. A junta, apesar de declarar o fracasso de sua política, recomenda o reforço da posição contra a despenalização de qualquer droga de uso não medicinal. Chega a recomendar que se derrube um decreto recente na Itália que exclui de pena o usuário.

É certo que a "luta contra a demanda deve ser uma prioridade nacional". Entretanto, não se elimina o tráfico de drogas enquanto ele for fonte de lucros no sistema capitalista. As nações devem ter autonomia para despenalizar o uso de drogas e, ainda, arriscar a legalização da produção e comércio como forma de solução dos problemas com a violência do crime organizado.

Rogério Rocco é membro do Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN/RJ e assessor do vereador Chico Alencar PT/Rio de Janeiro.

"NUNCA MAIS"

Uma chamada de capa de uma história em quadrinhos, ironizando o presidente Itamar e a atriz de cinema e modelo, Lillian Ramos, publicada no **Brasil Agora** nº 55 suscitou uma grande polêmica entre os seus leitores. As opiniões que chegaram até o jornal, através de telefonemas ou manifestações diretas aos integrantes da redação, desaprovaram a publicação da charge por considerá-la ofensiva não só à atriz e modelo Lillian Ramos como também a todas as mulheres. Publicamos a seguir um abaixo assinado, com o título "Nunca Mais", que tem entre os seus signatários o deputado federal do PT, Aloísio Mercadante, os membros da direção nacional do partido, Tatau Godinho, João Machado, Augusto de Franco, Jorge Almeida, Marco Aurélio Garcia, além de militantes petistas e lideranças do movimento de mulheres (Veja no editorial mais comentários sobre o assunto).

Aos editores do Brasil Agora:

"A capa do nº 55 traz uma charge grosseira e indigna de ser publicada neste jornal.

"O humor e a liberdade de expressão são fundamentais para a vida das pessoas e para a política. A ética também. Ela estabelece fronteiras que não contam em nenhum manual, mas decorrem do respeito e da solidariedade.

"Todas as mulheres - e não apenas Lillian Ramos - foram desrespeitadas com a publicação desta charge.

"O Brasil Agora - um jornal que veio para nos aliviar do esquema da grande imprensa - deixou-se levar pela onda de machismo, de chacota e de baixo nível dessa mesma grande imprensa.

"Acreditamos que erros, mesmo que graves como este, sempre podem ser corrigidos quando os autores têm vontade. Conhecendo os companheiros, esperamos que esse tipo de agressão não aconteça - nunca mais - guarita neste jornal."

São Paulo, 03/03/94

Nani Stuart
Clara Ant
Clara Sharf
Selma Rocha
Cintia Campos
Maria Aparecida Cunha Sanches
Sonia Hipolito
Lia Marinho
Fernanda Coelho
Jupira Cauí
Tita Dias
Celso Daniel
T. Marçal
Maria Alice Vieira
Heder Sousa
Olga Fontes Fontan
Joaquim Soriano
Tatau Godinho
João Machado
Maurício Duras
Jorge Almeida
Augusto de Franco
Maria de Lourdes Ribeiro
Pedro Pontual
Aloísio Mercadante
Eduardo Lima
Marco Aurélio Garcia

Mulheres de março

As sindicalistas da CUT se encontram em Serra Negra (SP) às vésperas do Dia Internacional da Mulher, motivo de manifestações em todo país.

O local escolhido não poderia ser mais adequado para tanta troca de opiniões e pontos de vista, um hotel fazenda em Serra Negra, na cidade do interior paulista. O tema: o 3º Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras, organizado pela Comissão de Mulheres da CUT. O evento reuniu 85 profissionais sindicalizadas de diferentes segmentos profissionais, vindas de diversos cantos do país, de Manaus a Porto Alegre.

Mulheres negras e brancas, jovens e mais velhas. Os rostos aparentavam cansaço da maratona que durou três dias, de 3 a 6 de março. Interessadíssimas, discutiram no sábado, anterior ao Dia Internacional da Mulher, as várias propostas que foram deliberadas no 4º Concut e preparavam novos encaminhamentos para o 5º Concut que acontecerá em maio.

O encontro promoveu palestras sobre a mulher no mercado de trabalho e as inovações tecnológicas a que estão expostas diariamente. O grande assunto em debate era como conseguir que a Central incorporasse realmente a questão de gênero (feminino e masculino). A discussão dividia opiniões: seria oportuno a criação de uma Secretaria da Mulher na Central ou se manteria a Comissão. Como as quotas, de 30% foram aprovadas na Plenária da Cut que aconteceu em agosto do ano passado, a indagação ficava por conta se seria esse o momento exato para levantar mais uma reivindicação.

A Cut Pela Base e a Corrente Sindical Classista estavam de acordo com a formação da Secretaria da Mulher. Já a Articulação Sindical estava em dúvida sobre a eficácia do projeto. Como as verbas são destinadas pela direção nacional, a Secretaria poderia não ter o

suficiente para desenvolver um trabalho adequado. A Secretaria, proporcionaria a participação das mulheres na direção Nacional e nas reuniões, a Comissão de Mulheres, é geralmente deixada de lado. Todas, porém, queriam chegar a um acordo sobre as propostas de qual seria a forma mais eficiente para a discussão de gênero.

"É um consenso da Cut Pela Base a formação da secretaria, declarou Dehonara de Almeida, assistente social em Belo Horizonte, uma das coordenadoras da Comissão. Apesar de fazer questão de frisar: "A secretaria não traz uma solução mágica".

Já Maria Edinalva Bezzera, também coordenadora, ligada a articulação Sindical, professora na Paraíba, argumentou: "A questão maior é a de gênero, não é a Secretaria que ampliará essa discussão, podemos democratizar o assunto, com a própria Comissão".

Depois dos debates realizados em seis grupos, a votação foi à plenária no domingo (dia 6): A definição - Secretaria ou Comissão - acontecerá no 5º Concut.

Quanto às quotas, algumas estratégias foram traçadas. A direção da Central possui 32 membros, o percentual de 30% é o equivalente a 9,2 mulheres. "O critério de aproximação é sempre para cima", como definem as coordenadoras. Então, serão 10 mulheres. As chapas



"Cidadania, igualdade de oportunidades na vida e no trabalho"

já terão que contar com os 30% das mulheres, caso contrário a chapa não participa da eleição. E se houver alguma alegação quanto não existirem mulheres para preencher as vagas, não será permitido colocar um homem no lugar, a vaga fica vazia.

"Cidadania: Igualdade de oportunidades na vida e no trabalho",

esse é o mote que elenca uma série de diretrizes para garantir o respeito. Os pontos traçados englobam várias áreas tanto na vida urbana como rural: saúde, a Negociação Coletiva, formação da mulheres, as inovações tecnológicas, a garantia da creche como luta efetiva dos sindicatos, o fim de qualquer tipo de violência, inclusive o da revista ao corpo e as bolsas nos locais de trabalho, e a reafirmação da legalização do aborto. Além de uma ação que visa massificar os nomes de deputados que proponham emendas restritivas aos direitos das mulheres.

"Conseguimos uma grande participação de mulheres negras, inclusive, vamos agora poder ampliar o trabalho na Comissão frente à questão racial", comentou Sandra Cabral, coordenadora. Apesar de achar que a Central evoluiu em algumas conquistas, Sandra complementou: "Queremos que a Central incorpore as nossas lutas, da mesma maneira que defende a reforma agrária e a manutenção dos salários e empregos, e as coloque na pauta do dia

A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (Seade) conseguiu um retrato fiel das diferenças de classe e raça entre as famílias chefiadas por mulheres na Grande São Paulo - que hoje são 17,3% do total das famílias da região. Destas mulheres chefes de família, 75,3% são brancas, as mulheres negras representam 25% e as amarelas 1,5%.

Os pesquisadores da Seade dividem as classes sociais em quatro categorias, de A a D. Das famílias chefiadas por mulheres brancas, 22,1% pertencem ao grupo A e 30,6% ao grupo D. Já nas famílias chefiadas por mulheres negras ou pardas, quase a metade pertence ao grupo D (49,8%) e no grupo A apenas 2,5%.

Quanto a instrução, a grande maioria do grupo A (99,7%) são alfabetizadas. No extremo oposto, a maioria do grupo D não chegou a completar o primeiro grau. O menor grau de instrução está entre as negras ou pardas (76%). E, é entre as famílias chefiadas por mulheres negras do grupo D que se encontra o maior número de crianças de 10 a 14 anos sem trabalhar ou estudar.

O orçamento da casa é garantido em todos os agrupamentos por um emprego assalariado. No grupo D, esta característica também se mantém, embora em proporções menores, pelas mulheres brancas. "Já para as mulheres negras ou pardas do grupo D, a possibilidade de inserção no mercado de trabalho se dá principalmente no emprego doméstico", conclui o trabalho.

Loja



Uma loja para quem não tem medo de ser feliz.

Atenção companheiros,

Estamos enviando a nova lista de preços dos materiais de nossa loja para que seja feita as devidas alterações em seu Diretório.

Os descontos para futuras compras são os seguintes:

Acima de CR\$ 45.000,00 desconto de 20%

Acima de CR\$ 100.000,00 desconto de 25%,

ou cheque para 10 dias com desconto de 10%.

Estamos trabalhando também aos sábados das 10 às 16 hs.

Qualquer dúvida ligue para (011) 259.3432/37.6651 - FAX (011) 258.5761-Pita

Rua Pedro Taques, 68 CEP 01415-010 Consolação

Preços válidos até 30/03/94

A1 - Adesivo Estrela	CR\$ 180,00	C2 - Chaveiro PT e CUT em couro	CR\$ 1.200,00
A2 - Adesivos Lula	CR\$ 280,00	C3 - Chaveiro plástico PT, CUT, Lula	CR\$ 200,00
A3 - Adesivos Zé Dirceu	CR\$ 280,00	C4 - Chaveiro Lula, PT retangular	CR\$ 750,00
A4 - Adesivo Lulão	CR\$ 600,00	C5 - Chaveiro estrela	CR\$ 750,00
B1 - Boné (Lula,PT,CUT)	CR\$ 2.250,00	E1 - Estrela de alumínio	CR\$ 420,00
B2 - Brinco dourado redondo	CR\$ 600,00	E2 - Estrela metal solda pequena	CR\$ 520,00
B3 - Broche Bandeira - PT, Brasil, Lula	CR\$ 740,00	E3 - Estrela metla solda média	CR\$ 550,00
B5 - Broche 25mm Fundação PT, CUT	CR\$ 630,00	E4 - Estrela metla solda grande	CR\$ 600,00
B6 - Broche Lula/94 (4 modelos)	CR\$ 700,00	E5 - Estrela plástica	CR\$ 100,00
B8 - Broche pingente PT	CR\$ 480,00	L1 - Lapela alfinete redondo 9mm	CR\$ 320,00
B9 - Broche Lulinha	CR\$ 500,00	L2 - Lapela alfinete retangular 15mm	CR\$ 340,00
B10 - Boroche Che redondo niquelado	CR\$ 730,00	L3 - Lapela alfinete redondo médio dourado	CR\$ 420,00
B12 - Broche CUT redondo dourado	CR\$ 750,00	1 - Camiseta hering	CR\$ 2.800,00
B13 - Borboletas (artesanal)	CR\$ 550,00	2 - Camiseta malha especial	CR\$ 4.000,00
C1 - Canetas Lula, PT, CUT	CR\$ 400,00	3 - Camiseta infantil Lula	CR\$ 2.500,00

Nome _____
 End _____
 Bairro _____
 Cidade _____ Est _____
 Cep _____ Tel _____
 Contato _____

ENCOMENDAS

• Ônibus • Sedex à cobrar

MALUF FAZ, FAZ, FAZ...

Sua mais nova invenção agora é construir prédios em favelas, para favorecer empresas de amigos

Paulo Maluf, prefeito de São Paulo, administra assim: assina convênios na periferia da capital paulista, faz o maior alarde na imprensa, de preferência na TV e em horário nobre.

O alvo de ataque, nos últimos tempos, tem sido a habitação, setor onde Maluf pode devolver, com certa tranquilidade, favores às empresas que participaram do Esquema PauBrasil - esquema, aliás, que ajudou a eleger-lo prefeito de São Paulo.

Para solucionar o problema de moradia dos praticamente sete milhões de desabrigados da cidade, quase metade da população de São Paulo, muitos deles vivendo nas 1.600 favelas espalhadas pela cidade, a Secretaria Municipal de Habitação da administração malufista resolveu adotar o Projeto Cingapura, cópia de urbanização vertical de favelas naquele país asiático.

Tem para todos

A tática para urbanização das favelas foi bem montada. A arquiteta Rossela Rosseto, assessora da liderança do PT na Câmara Municipal, sabe contar bem o caso: a Secretaria de Habitação de Maluf escolheu 14 favelas, em regiões da cidade rigorosamente selecionadas para um bom marketing político, "para dar cartaz".

"Regiões próximas às marginais, shopping centers, autódromo de Interlagos, por exemplo", lembra Rossela. O edital para a construção do Projeto Cingapura previa um orçamento inicial de 60 milhões de dólares.

"Óbvio que só uma construtora de grande porte pode entrar numa concorrência dessas", observa a arquiteta, com conhecimento de causa. "Uma licitação com cartas marcadas".

Venceu (surpresa!) a construtora Schahin Curi, uma das principais colaboradoras do Esquema PauBrasil. Ele será responsável pela construção de terça parte do projeto - as outras duas vão ser objeto de licitação posterior.

A vereadora petista Aldaíza Spozatti entrou com recurso

contestando o edital. "O custo fornecido pela Schahin, de 15,7 milhões de dólares, é um chute. O orçamento não leva em conta sequer requisitos mínimos como terraplanagem ou mapeamento do terreno", avalia a vereadora.

Aldaíza vai além: "Nenhum orçamento básico foi mostrado até agora. A homologação que regulamenta a licitação não saiu publicada no

Diário Oficial, enquanto o atual secretário de Habitação, Lair Krahenbuhl, que era um dos diretores do Sindicato da Construção Civil, fala números que não fazem sentido", enfatiza a vereadora.

Contas não batem

Pelas contas da assessoria da vereadora, baseadas apenas nas cifras divulgadas pela imprensa, um apartamento custaria 8.220 dólares e não 11 mil dólares como está sendo orçado pela Secretaria. Vale lembrar que, com este investimento,

poderiam ser construídas 2.220 casas com 60 metros quadrados pelo sistema de mutirão (implantado na gestão petista), no lugar dos 1.824 apartamentos com 40 metros.

"Além disso, Maluf tenta transportar para nossa realidade um projeto importado da realidade de um tigre asiático, de Cingapura para São Paulo", alerta a vereadora.

Impossível avaliar se a verticalização é a melhor solução para os três primeiros terrenos, em três favelas na Zona Norte da capital,

além aliás reduto malufista. Aldaíza entrou com ação popular

e outra no Ministério Público questionando o marketing de Maluf. A operação malufista foi bem arquitetada e planejada. No Carnaval de 1993, vários barracos na Zona Leste da cidade foram queimados. Setores ligados à Pastoral da Moradia denunciaram o fato.

O secretário de Habitação da época, João Melão, se reuniu com os padres ligados à Pastoral, prometeu que aquilo não aconteceria de novo e, em contrapartida, pediu à Igreja que parasse com as declarações.

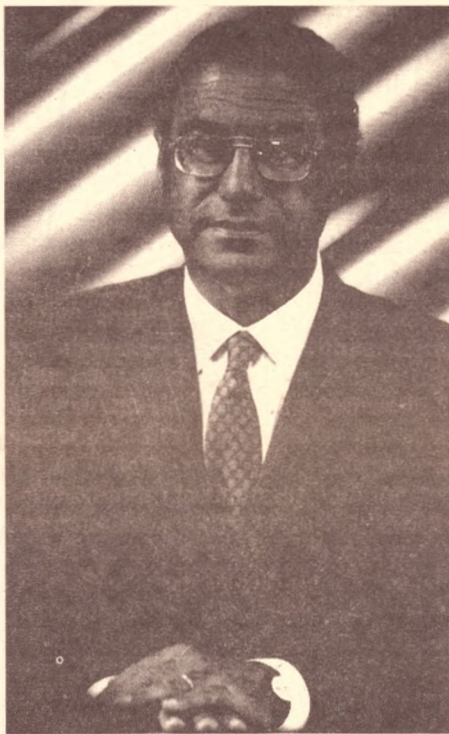
Operação desmonte

A intenção era desmontar os mutirões de moradia. A Secretaria de Habitação alegou existirem várias irregularidades nas contas e entrou com processo contra a ex-secretária de Habitação da administração petista de Luíza Erundina, Hermínia Maricato.

A denúncia alegada pelos malufistas é ridícula: "os mutirões acobertavam loteamentos clandestinos".

Depois disso começou a perseguição: 100 funcionários concursados das administrações regionais, na área social da habitação, tiveram suas funções esvaziadas. Eles questionaram e por isso receberam repreensão pública pelo Diário Oficial do Município.

Maluf está abrindo um espaço, em sua administração, para as empreiteiras e assim aumenta seu poder de articulação. O Projeto Faria Lima, que já está sendo negociado com empreiteiras ligadas ao Sindicato da Construção Civil, é outro bom exemplo desse favorecimento. AC



Mais uma dele

INTELECTUAIS DISCUTEM RUMOS DO PT

Um bate-papo informal entre Geraldo Siqueira, Muarício Blandize e Paulo Sérgio Bussoçah, todos vinculados ao PT, suscitou idéias e a necessidade de conversar com mais

personas. Foi desta forma que nasceu o manifesto dos intelectuais, contou o sociólogo Paulo Sérgio Bussoçah ao **Brasil Agora**.

Conhecido primeiro a boca pequena e depois divulgado pela imprensa, o lançamento aconteceu, dia 5 de março na Pontifícia Universidade de São Paulo e reuniu cerca de 250 petistas.

Paulo Sérgio comentou as razões do manifesto: "O momento é muito importante e vamos lançar um comitê pró-Lula, queremos também criar canais para quem não frequenta a estrutura partidária e é ligado, ou próximo ao PT". O sociólogo acredita que os partidos limitam o

envolvimento das pessoas e o PT não foge a regra. Para ele, é um fenômeno natural aos partidos de massa. Lembra ainda, que existem os diretórios de base: "Mas, se não há vínculos comas tendências, o simpatizante pode falar o que quiser, porque não mudará muito a situação".

Quanto ao teor crítico do manifesto à direção petista, tão bem especulado pela imprensa, Paulo Sérgio esclareceu: "Sem dúvida não está havendo identificação de vários participantes com certas atitudes da direção". Citou como exemplo a famosa polêmica entre o Diretório Nacional e os deputados federais na Revisão Constitucional. "Ninguém defende a Revisão, principalmente do jeito que está acontecendo, mas já que começou, não faz sentido os deputados se omitirem", declarou. Ressalta, porém o papel da imprensa em explorar divergências de opinião.

Outra preocupação do movimento é a abrangência da candidatura Lula e a

governabilidade. A referência a esse aspecto não passa somente por uma coligação com o outros partidos, ou com o PSDB, mas sim pela articulação com outros segmentos da sociedade: "Até porque quando o PSDB propõe compor com o PFL se afasta completamente do PT. Ninguém deseja coligação a qualquer custo". Na avaliação dos intelectuais, o PT precisa mostrar que a sua postura não é estreita.

O movimento pretende formar um fórum de discussões e debates, incluindo na pauta o Plano de Governo. "A maioria das pessoas obtém as informações pela grande imprensa, não é todo mundo que lê o **Brasil Agora** ou o **Linha Direta**", declarou ao comentar as principais informações, como o caso do orçamento dos militares.

A intenção do movimento, além de promover um fórum de debates é conclarar às pessoas a procurar mais as instâncias partidárias. Paulo Sérgio, deu o seu recado: "Não somos donos de nada, não pertencemos a nenhuma tendência e não existe qualquer paralelismo ligado a essa atitude". A iniciativa foi procurar algumas pessoas que mantêm influência em setores do partido, como o professor Francisco Weffort, o sindicalista Vicentinho e o cutista Oswaldo Bargas.

O vice-presidente do PT, deputado Rui Falcão também falou ao **Brasil Agora**: "O momento para este manifesto é muito oportuno, porque estão acontecendo os vários debates nos encontros zonais e estaduais". E Falcão complementa: "Uma preocupação do PT é não conseguir abarcar todos os que querem participar". Segundo o deputado estadual por mais que o programa tenha sido exposto às diversas discussões é necessário ampliar ainda mais. E adverte: "Temos que tomar cuidado para fatos positivos, como esse lançamento de um comitê Pró-Lula não se volte contra nós, por causa de especulações da imprensa".

QUEM NÃO BRIGA, NÃO VAI À ESCOLA

A sociedade civil se une para combater a falta de escolas públicas. Uma das formas será apoiar pais e estudantes a defender seus direitos na Justiça.

Ano a ano, o Brasil tira zero nas escolas. Nas contas da Unicef, de cada cem crianças, apenas 22 conseguem terminar o primário. Nessas, só superamos o Haiti e a Guiné Bissau. Enquanto o governador Fleury decreta novas dificuldades de acesso às salas de aula, cerca de 50 entidades da sociedade civil lançaram, no final de fevereiro, a campanha suprapartidária "Nenhuma Criança Fora da Escola" - coordenada pela OAB, CUT, Arquidiocese de São Paulo, Comissão de Justiça e Paz, Apeoesp e Fundação Abrinq. Apesar de ter sido lançado em São Paulo, o movimento tem vocação nacional. "Vamos fazer uma articulação com os Comitês Da Campanha Contra a Fome", disse Luiza Erundina, uma das coordenadoras do movimento.

Esse esforço concentrado está em sintonia com o ano letivo, que já começou. A campanha quer chamar a atenção do poder público e da sociedade à garantia constitucional de educação para todos. Pretende também conscientizar a população e amparar juridicamente os Conselhos Tutelares, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ação conjunta

O primeiro passo é trabalhar

junto ao Poder Judiciário. Caso um estudante não consiga se matricular na rede pública, ele encaminhará seus dados ao Ministério Público, que fará a escola cumprir o artigo 208 da Constituição Federal e também o artigo 22 da Lei Federal 8.069 do Estatuto da Criança e do Adolescente. "Ajudaremos pais e alunos a se defenderem na Justiça", disse o advogado Jairo Fonseca, da OAB.

O movimento pretende também que um por cento do arrecadado com Imposto de Renda seja realmente destinado para o Fundo da Criança e do Adolescente. Embora, previsto em lei, o Fundo ainda não existe.

O empresário Oded Grajew, da Fundação Abrinq, lembrou das escolas que conheceu durante a Caravana das Águas, em Manaus: "Além das goteiras, não existia sequer giz e lousa, um contraste com o moderno sambódromo construído neste ano". Para ele, governadores e prefeitos que colocam a educação em segundo plano merecem o impeachment - o mesmo fim do corrupto Fernando Collor de Mello.

Traidores

A Igreja também foi enfática. "São traidores todos os que negam o direito à educação", acusou o cardeal



de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. Pelo jeito, esses traidores são muitos. Teoricamente, o Brasil destina cerca de 3,5 a 4% do seu PIB para a educação. Só que apenas metade desse valor é realmente aplicado. A outra parte, segundo levantamento do próprio governo, acaba indo para a construção de prédios, pavimentação de ruas, embora apareçam nas contabilidades das secretarias municipais e estaduais como se fossem despesas das escolas. Enquanto em todo o mundo o repasse é cristalino, aqui no Brasil é complicado até contabilizar o investimento.

Investimentos

O presidente da Associação dos Docentes da USP (Adusp), professor Otaviano Heleni, num estudo em 1990, levantou números comparativos entre os países que demonstram que estamos abaixo da média. Os pobres investem 6,5% do PIB nas escolas; os intermediários, 8,5%; e os ricos, 11%.

Para Heleni, a taxa de urbanização em um país deve estar associada a escolaridade dos cidadãos, devido às necessidades impostas pela vida urbana. "No Brasil, a taxa de urbanização foi de 75% e o grau de escolarização não alcançou essa realidade", analisou Heleni.

Segundo o IBGE, apenas um quinto dos matriculados completaram o segundo grau em 1992. Infelizmente o país tem outros recordes: segundo a Unesco, o Brasil é o campeão sul americano de analfabetismo infantil, com 25,8% da meninada entre de 10 a 14 anos sem ler e escrever; disparado na frente da Bolívia, com 10,6%.

DECRETO FLEURY

No dia do lançamento da Campanha, a Cut e a Apeoesp denunciaram o mais recente decreto do governador Luiz Antônio Fleury Filho na área da educação. A partir de agora, uma sala de aula só poderá ser formada se tiver 35 alunos. Além de provocar a superlotação, o decreto limita o número de classes e dificulta o acesso dos alunos à escola. Sem classes cheias, não há vagas, e os estudantes terão de procurar outras escolas. O governador deve achar que o estudante não tem direito de estudar perto de casa. Algumas informações já chegaram a Apeoesp por um levantamento feito por professores: "Em Marília, cerca de 90 salas de aula foram fechadas", declarou Ernesto Maeda, professor e membro do sindicato.

Enquanto isso, o secretário de Educação do estado, Carlos Estevam Martins, declarou à Folha de São Paulo que o decreto, entre outros pontos positivos, acaba resolvendo o problema da falta de professores. Mas ele teve também outras idéias espertas para suprir essa carência: diminuir as aulas de física, química, sociologia e psicologia. As pessoas formadas nessas profissões têm mais chance de arranjar empregos melhores fora das salas de aula, por isso se recusam a trabalhar na rede pública.

Na avaliação do presidente da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, Otaviano Heleni a situação dos alunos já é difícil, sem necessidade nenhuma do governador criar mais empecilhos: "O fato de a escola ser gratuita não significa que não seja cara, muitas vezes a família conta com a mão-de obra dos filhos, seja para trabalhar fora ou até na realização de serviços domésticos".



Fora da escola, as chances de progredir são mínimas

Adélia Chagas

PEQUENOS PODEROSOS NO PLANALTO

Brasília: a eterna ladainha enfadonha dos governantes

Às vezes é terrivelmente entediante observar a cena política em Brasília. Aparentemente, tudo se repete: os mesmos personagens, a mesma boçalidade dos poderosos, os mesmos discursos, os mesmos pacotes econômicos... A primeira semana de março foi assim, extremamente chata.

O presidente Itamar Franco, que a bem da verdade não apita coisa alguma, fez uma viagem à Venezuela para discutir problemas de fronteiras e uma mini-reforma ministerial. Essa última deflagrada com a demissão da ministra dos Transportes, uma tal de Margarida Coimbra, cujo marido foi acusado de traficar influência.

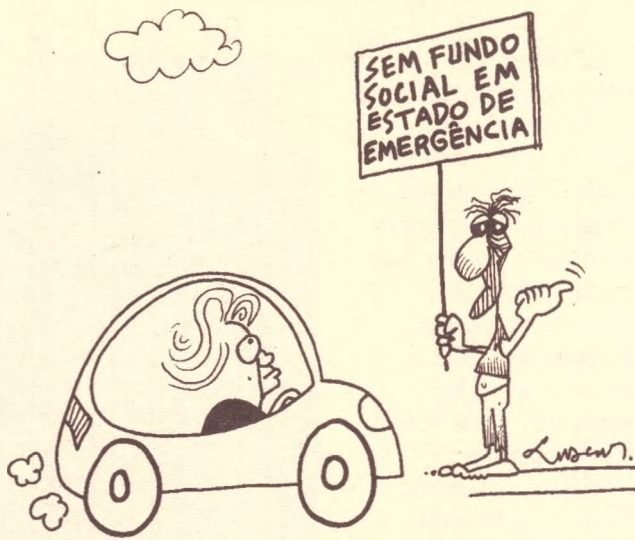
Para o lugar de Margarida, Itamar nomeou o general Baima Demys, ex-comandante do Leste, por indicação do senador José Sarney, que prometeu fazer todos os esforços para ajudar na aprovação das medidas provisórias que compõem o Plano FHC2.

Demys tornou-se o sétimo ministro militar deste governo, um recorde não alcançado nem pelo general-presidente João Figueiredo. Questionado sobre o assunto, o ministro da Casa Civil, Henrique

Hargraves, afirmou que os militares, queiram ou não, sabem impor a disciplina.

Uma justificativa que apenas confirma a falta de comando de Itamar. O troca-troca não ficou nisso. O ministro do Planejamento Alexis Stepanenko foi transferido para as Minas e Energia e para o Planejamento nomeou-se o senador Bemí Veras (PSDB Ceará). Trefuroso em anunciar sua missão: vai tentar privatizar o setor elétrico. Finalmente, para o ministério da Integração Regional, que Itamar havia decidido extinguir, foi indicado o deputado Aluizio Alves (PMDB-RN).

No ministério da Fazenda, onde está o poder efetivo da República nos dias de hoje, também a sensação era de uma farsa reeditada. O ministro Fernando Henrique Cardoso ao



mesmo tempo que prometia prender e arrebanhar os especuladores de preços jurava de pés juntos que a conversão de salário pela média dos

últimos quatro meses não imporá perdas aos trabalhadores.

E enquanto os ex-ministros Mário Henrique Simonsen e Delfim Netto aplaudiam Fernando Henrique, as centrais sindicais preparavam-se para deflagrar uma greve nacional. No Congresso, os parlamentares apresentavam 306 emendas à medida provisória que cria a URV, prevendo entre outros um gatilho salarial para a hipótese de a inflação ultrapassar os 5%.

Em resposta, Fernando Henrique ameaçou a cair fora se a medida provisória for modificada. Enquanto isso, o ministro do Trabalho, Walter

Barelli, tentava convencer os sindicalistas de que não vai mais haver inflação para os salários indexados e que, portanto, o gatilho é um absurdo.

Um jornalista, Jânio de Freitas, botou o dedo na ferida: se FHC acredita realmente que a inflação vai cair, porque chiar tanto contra o gatilho que nunca seria aplicado? O ministro pode estar revelando aqui a possibilidade de manipulação do novo índice, a URV, suspeita Jânio de Freitas.

Fernando Henrique, entretanto, tinha um pé na canoa da URV e o outro no barco da sucessão presidencial. Na verdade, ninguém acredita que ele continue ministro. O presidente do PSDB, Tasso Jereissati disse que não será FHC quem definirá essa candidatura, mas sim seus amigos.

O problema, agora, é como lançá-la para cumprir o papel anti-Lula. Essa é uma questão que racha o PSDB ao meio. Jereissati e o governador do Ceará, Ciro Gomes, querem reeditar a "aliança-democrática" formada pelo PFL, PMDB e PSDB, para sustentar a candidatura FHC.

Antonio Carlos Queiroz, de Brasília

AS PESQUISAS, VERENNES E OS INTELECTUAIS

As pesquisas confirmam o crescimento da candidatura Lula e apavoram as elites

Domingo, 6 de março, foi cheio de amargura para os chefes e discípulos da banda conservadora. Há dias não se comentava outra coisa: com ansiedade, os de lá e os de cá aguardavam os resultados das mais recentes pesquisas eleitorais. Na tarde de sábado, os números já eram conhecidos: o candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, permanecia em um confortável primeiro lugar, com pouco mais de 30% das preferências tanto no *Gallup* como no *Datafolha*.

Ataque

As capas dominicais dos principais jornais do país refletiam o desgosto de seus proprietários e amigos: aclamavam pela coligação dos partidos da ordem em uma *aliança democrática* - dessa vez, provavelmente ao redor do ministro Fernando Henrique Cardoso. Imploravam a direitistas mais enrijecidos, a complacência com o príncipe dos sociólogos. E juntavam os números para mostrar que Lula pode ser derrotado ainda que apelando-se para o casamento da porca com o cachorro.

O susto é maior que o medo. Depois de dois meses de ataques cerrados - vinculando o PT ao assassinato do sindicalista Oswaldo Cruz, armando a cizânia entre o

candidato e seu partido, intrigando a bancada parlamentar contra a direção petista -, algo deveria ter mudado nas inclinações eleitorais.

A candidatura de Lula não emerge das pesquisas apenas como a grande favorita. Reúne as tendências que sempre construíram um caminho de vitória: o líder petista tem maior apoio entre os mais pobres (33% nas classes D e E, contra 28,8% na A), os mais jovens, os de menor escolaridade e os habitantes dos mais distantes grotões. A alternativa mais charmosa das elites, Fernando Henrique, é, pelo contrário, um candidato das regiões prósperas, dos endinheirados (despenca, segundo o Gallup, de 25,4% na classe A para 5,6% nas D e E) e dos cidadãos de meia-idade que frequentaram a universidade.

Lula não é forte somente entre os miseráveis, mas é entre eles que está em curso o processo que decidirá o futuro do Estado: nos subterrâneos de sua vida sofrida, parece consolidar-se uma reviravolta, uma ruptura de seus laços de credulidade com os de cima. Permanentemente, em nossa história, alvo fácil e manipulável do discurso das oligarquias, parecem hoje insensíveis às promessas, aos medos e às mistificações dos poderosos.

Os mandarins dos país sentem

um tremor nos joelhos, uma surpresa maléfica com o irredentismo dos de baixo. Uma cena antológica vem à lembrança: o encontro de Luís XVI e Maria Antonieta, fugindo de Paris, na Noite de Verennes, com camponeses famintos, no filme *Casanova e a revolução*, de Ettore Scola. Dispostos a repousar em uma estalagem na beira da estrada, os monarcas descem da carruagem, já cercada por uma centena de pobretões. Caras duras, olhos flamejantes, instrumentos de trabalho fincados no chão. Uma dama de companhia da rainha amedrontada, pergunta aos céus: "O que aconteceu com essa gente? Até ontem, abaixavam a cabeça quando nos dirigiam a palavra. E agora, estampam em suas faces um ódio de séculos".

Despossuídos

Essa é a principal diferença em relação a campanha de 1989: os despossuídos estão levantando a cabeça e seu gesto pode prenunciar uma insurreição eleitoral, uma formidável vitória contra a plutocracia. Lula não é mais um candidato cujo suporte concentra-se entre os trabalhadores organizados e a intelectualidade progressista: transformou-se, com sua imagem e suas caravanas que rasgam o país, na

esperança dos miseráveis. Os mesmos que o derrotaram na disputa contra Collor.

Nem todos, entretanto, já se deram conta dessa nova situação. No sábado, 5 de março, um grupo de intelectuais petistas concentrou seus esforços para organizar, em São Paulo, numa das salas da PUC, um evento contra atos de estreiteza atribuídos à direção petista e por uma ampla política de alianças. Piscaram um olho para atrair os tucanos.

Na reunião, não se discutiu o Plano FHC 2, a política econômica neoliberal, a tolerância com os oligopólios e os bancos. Não, obviamente, que sejam favoráveis aos cânones fernandistas: apenas privilegiaram os assuntos de cozinha que tanto agradam às elites no seu afã de estigmatizar a radicalidade petista. Falaram tanto contra o sectarismo, mas só trataram de temas que interessam ao público interno. Uma nota desafinada, uma gargalhada em um velório.

Que nossos intelectuais planejem suas próximas ações sentido o pulso dos miseráveis: esses só estão dispostos a ficar do nosso lado porque acreditam que não mandaremos esquecer o que dissemos antes de sermos governo - e porque estão certos de que não ajudaremos o rei a descansar na estalagem.

Breno Altman

“HÁ RISCO DE ESTELIONATO ELEITORAL”

professor Paulo Nogueira Batista Jr. confirma que o plano impõe perdas aos salários, e ataca a alta dos juros e a possível dolarização. Mas adverte: “os oligopólios podem apoiar o ministro, porque querem um anti-Lula”.

Aos 31 anos, ele foi o assessor especial de dívida externa do governo brasileiro, no único momento em que houve confronto sério com os banqueiros estrangeiros. Hoje participa com frequência dos debates em que está nascendo o programa de um possível governo Lula, e é ao mesmo tempo figura obrigatória em todos os debates que a grande imprensa promove sobre dívida externa ou programas de estabilização. Professor da Fundação Getúlio Vargas, Paulo Nogueira Batista Jr. distingue-se de alguns de seus colegas pelo anti-economicismo, pela capacidade de ver, em cada movimento da economia, a ação consciente das forças políticas, e dos grupos sociais que elas representam. Em 8 de março, quando parecia crescer entre a própria esquerda as dúvidas quanto ao “FHC-2”, ele concedeu a seguinte entrevista a *Brasil Agora*:

Mais uma vez o governo adotou a conversão dos salários “pela média”. Os sindicatos alegam que isso implica em queda do valor real do poder de compra, porque a inflação não cessa após os planos, e as antigas médias acabam se transformando em novos “picos”, a partir do qual o salário volta a cair.

Tem sentido falar em perdas. Ao contrário do que diz o governo, não há nenhuma segurança de que a URV seja de fato um padrão estável de valor, de que não haverá inflação na nova moeda. Provavelmente haverá, e é possível que os salários, depois de convertidos, sofram novas perdas. Vejo o ministro da Fazenda dizer coisas imprecisas: “Quando subirem os preços subirão os salários”. É uma meia-verdade. Se houver aceleração da inflação em cruzeiros, o que é provável, haverá inflação em URV, já que o indicador registra a alta de preços com atraso.

Além disso, o salário é recebido em cruzeiros, enquanto há um estímulo do governo para que os preços sejam fixados em URVs.

É uma segunda fonte de perdas. O ministro diz freqüentemente que “é como se o trabalhador estivesse recebendo em dólares”. Também não é verdade. O trabalhador recebe em

cruzeiros, e na medida em que a grande maioria da população não tem acesso às formas sofisticadas de proteção do dinheiro, nem a contas correntes indexadas, e nem mesmo a bancos, continua pagando o imposto inflacionário. O governo diz que este fenômeno já ocorria antes, mas é provável que agora ele se agrave.

Não se pode esquecer, além disso, que desde que o governo anunciou a intenção de criar a URV a inflação mudou de patamar. O mero anúncio da URV já corroeu o poder de compra dos assalariados, o processo de perdas começou por antecipação.

“O próprio anúncio da intenção de criar a URV já corroeu os salários”

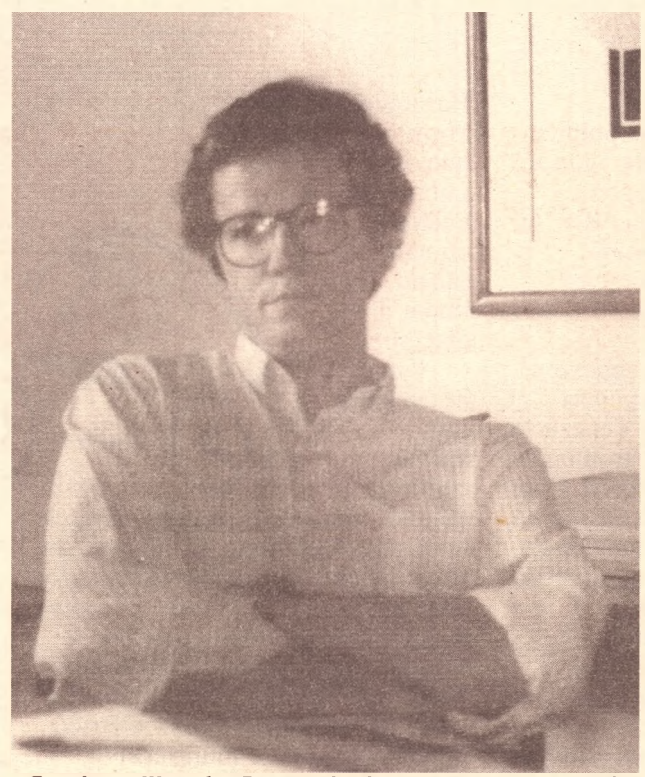
O plano implica em continuar pagando os juros externos e internos, algo que o próprio ministro Fernando Henrique faz questão de tratar como “ponto de honra”. É possível combater a inflação sem tocar nestes problemas?

É muito difícil. Diante da aceleração da inflação em cruzeiros, o governo tem recorrido à alta dos juros. É o que a equipe econômica vem fazendo desde o final do ano passado. Isso está afetando em muito as contas do Tesouro, na medida em que gera um ônus muito maior para pagamento da dívida interna. O Orçamento Geral da União para 94 prevê uma taxa de juros internos na ordem de 15% ao ano. Desde novembro ou dezembro, esse patamar já foi ultrapassado em muito: já estamos por volta dos 25%, 26%. Por esse lado, há uma ameaça clara àquilo que o governo diz ser o principal sustentáculo do plano: o equilíbrio das contas do Tesouro. Provavelmente teremos ao longo do ano juros bem mais altos que os previstos quando o governo calculou que chegaria ao “equilíbrio fiscal”.

“O governo pode estar fechando acordos secretos com o FMI e o Banco Mundial”

O plano foi editado no instante exato em que o governo negocia com o FMI e procura concluir um acordo com os bancos estrangeiros. Que vinculação há entre os dois movimentos?

Embora quem está fora do governo tenha mais dificuldade em perceber as vinculações, elas existem. Se o governo chegar a um



Paulo: elites farão de tudo para ajudar FHC

atenção para os risco de vincular nossa moeda ao dólar. Ao debater com os parlamentares eu havia alertado que há em Washington, especialmente no Banco Mundial, um debate sobre os rumos que países com inflação alta - o Brasil e outros - devem tomar. Esta discussão tem resultado em propostas muito específicas de dolarização. É preciso fazer com urgência, e aqui mesmo no Brasil, uma discussão muito profunda sobre o plano, para que a decisão sobre esse assunto não seja tomada fora de nossas

fronteiras... Falando muito francamente, acho que há divergências sobre isso na própria equipe de governo. As diferenças giram em torno do grau de rigidez que a reforma monetária terá, e especialmente do grau de vinculação ao dólar. Nas declarações da equipe de governo, e na própria MP que criou a URV, há contradições notáveis. Pode ser um pouco de cortina de fumaça, a tentativa de esconder um jogo de cartas mais cartas. Acredito mais, porém, numa segunda hipótese. Haveria um jogo de discordâncias e de interesses internos, que estaria inibindo uma decisão mais clara sobre a possível dolarização.

“O Banco Mundial e outros órgãos têm mostrado interesse muito vivo na dolarização”

Que aspectos do “FHC-2” poderiam estar ligados a um acordo com o Fundo?

Uma parte do programa está explicitamente ligada aos acordos: é o ajuste fiscal, e nesse ponto há ainda controvérsias entre o Fundo e o governo. O FMI tem alegado, aparentemente, que o ajuste fiscal ainda não é suficiente, o que é muito significativo.

Muito mais importante para eles, porém, é o desfecho da reforma monetária. Eu me pergunto se as entidades multilaterais não vão procurar influir também aí.

O programa ainda está indefinido em sua etapa crucial e tudo depende de uma negociação política, um conjunto de pressões. Pode haver uma dolarização mais agressiva, uma dolarização “meia-sola” ou uma reforma monetária que não tenha vinculação com o dólar, com padrões externos.

Vocês mesmo, do *Brasil Agora*, chamaram atenção há alguns números para o relatório de uma subcomissão da Câmara dos Deputados que chamou

o acordo com o Fundo Monetário, este compromisso estará expresso em alguns instrumentos escritos: a Carta de Intenções, o Memorando Técnico de Entendimento e outros. Mas nem sempre o entendimento como um todo está refletido nessa documentação. Pode haver condicionalidades não escritas, na forma de compromissos verbais, ou de acordos paralelos não divulgados, conhecidos como *side-letters* e que não vêm necessariamente a público. Pode haver uma ligação maior entre o FHC e o Fundo Monetário e o Banco Mundial. É claro que por enquanto isso é uma conjectura.

O plano tem um viés político e eleitoral muito evidente. Do ponto de vista dos interesses eleitorais do ministro da Fazenda, em que implicaria cada uma das hipóteses?

É uma manobra muito arriscada, mas se o Fernando Henrique tiver coragem a dolarização aberta, agressiva, terá como resultado imediato a redução aberta, e talvez abrupta, da inflação. Também pode ter como consequência melhor do poder de compra dos salários e certa reativação da economia, nos meses que antecedem a eleição. Seria nesta hipótese uma mudança muito clara do quadro econômico.

Esta medida, no entanto, deixaria seqüelas muito graves mais adiante. Entre elas, a perda de autonomia na gestão de dois elementos centrais da política econômica: moeda e câmbio. Na hipótese de uma dolarização agressiva, o Banco Central se transformaria numa espécie de sucursal do *Federal Reserve* dos Estados Unidos. Ficaria a

reboque, perderia autonomia na condução da política monetária e cambial.

“A dolarização provocaria alívio imediato, mas deixaria seqüelas gravíssimas”

Além disso, como a inflação em reais seria bem mais alta que a inflação internacional, haveria defasagem cambial. Isso prejudicaria as exportações, e teria efeitos negativos sobre indústrias que produzem para o mercado interno e perderiam competitividade para concorrentes estrangeiros.

É bom lembrar, por exemplo, que a Argentina lançou o Plano Cavallo com superávit, nas relações externas, não só comercial como em conta corrente, mas passou já no primeiro ano do plano a déficit expressivo. O mesmo poderia ocorrer aqui. Ficarmos então mais dependentes de endividamentos de curto prazo e aumentaríamos a vulnerabilidade do país a crises de balanço de pagamentos.



FHC: de olho nas eleições

Seriam no entanto seqüelas que se fariam sentir a prazo mais longo, depois das eleições. Isso configuraria o que tem sido chamado de *estelionato eleitoral*. O governo estaria produzindo uma reversão do quadro econômico mas provocaria, em contrapartida, problemas muito graves no futuro pós-eleitoral.

Em que implicaria, na prática, a dolarização?

Seria manter taxas de câmbio fixas, garantir a conversibilidade dos reais em moedas fortes e condicionar a emissão de reais à existência de reservas em dólares.

O que favorece esta hipótese é um nível de reservas muito alto, facilidade de atrair capitais externos

e taxas de juros internacionais ainda baixas. Há um contexto financeiro e cambial que favorece esta saída no curto prazo.

Do ponto de vista da dívida interna, em que resultaria?

Depende de decisões que ainda não estão claras. Mas vale a pena refletir sobre o seguinte: nos países que iniciaram programas de dolarização - a Argentina e a Estônia, na Europa Oriental, que adotou o mesmo processo vinculando sua moeda ao marco alemão - a reforma monetária foi antecedida ou acompanhada de medidas que envolveram confisco ou alongamento compulsório de dívidas públicas. Um dos mecanismos auxiliares para sustentar o processo de dolarização pode ser esse. Não digo que vá ocorrer, acho que não há condições políticas no Brasil, mas esse problema pode se colocar.

Um dos problemas mais sérios para o governo parece ser a transição da URV para a moeda nova. Se os preços subirem muito na etapa atual, de transição, a inflação poderia “contaminar” os reais. De que espaço o governo dispõe para negociar com os oligopólios uma possível trégua?

O problema é justamente esse. Se houver uma aceleração muito forte da inflação em cruzeiros, o real pode nascer contaminado.

Há três cenários possíveis. O que acho menos provável é uma perda total de controle sobre os preços em cruzeiros - uma explosão inflacionária, na qual as taxas mensais passariam de 40% para 60%, 80%, 120%. É improvável até por um motivo político. Não me parece que haja interesse dos setores dominantes de permitir que o plano entre em colapso completo. O programa tem uma função política: é contribuir, talvez decisivamente, para não permitir a vitória do Lula. Até as pedras sabem disso.

“Até as pedras sabem que o plano visa impedir a vitória do Lula”

A segunda hipótese, também improvável, é aquela com a qual a



Itamar entregou governo a FHC

equipe econômica trabalhava no plano intelectual. Implica em manter a inflação estável numa faixa de 40%, 45%.

O mais provável é que surja uma situação intermediária. As taxas aceleram - digamos de 40% para 50%, cinquenta e poucos, sem fugir

definitivamente de controle. Minha sensação é de que teremos um cenário desse tipo, e o governo vai acionar uma série de mecanismos para conter os preços: os juros, corte das tarifas de importação em certos setores, negociações com os oligopólios. Isso torna-se mais fácil porque o fato da URV ser calculada com um certo atraso resultará em perdas salariais. O próprio câmbio segue a URV, e o dólar pode ficar desvalorizado. Na hipótese de uma disparada inflacionária há um mecanismo endógeno que leva à valorização da moeda nacional, e isso também funcionaria como um mecanismo de amortecimento.

Por essas razões, acho que as taxas não explodem. Por outro lado, a incerteza é tão forte quanto ao programa, falta de definições, existência agora de um sistema quase bimonetário, que isso favorece a inflação e os reajustes dos preços.

Antônio Martins

Mais lucros, menos emprego

Nos próximos dias o sociólogo Herbert de Souza, o “Betinho”, lança a segunda fase da “Campanha conta a Fome”, agora voltada contra o desemprego. Nada mais oportuno. E bom saber, no entanto, que se houver disposição de levar o movimento adiante não haverá outra saída a não ser chocar-se com os interesses poderosos da grande indústria e com a própria “modernização” neoliberal que o setor experimentou nos últimos anos.

São os próprios números da FIESP que revela: apenas nas oito primeiras semanas de 94 a indústria paulista demitiu 28.501 trabalhadores. Em sessenta dias foi eliminado 1% do total de postos de serviço existentes até o ano passado. Se mantida a mesma tendência, cerca de 350 mil trabalhadores terão sido dispensados ao final de 94.

O diretor do Departamento de Pesquisa da FIESP, Horácio Lopes Piva, alegou dificuldades econômicas. Previu dias melhores após a introdução dos “reais”, e garantiu que “se a nova moeda tiver estabilidade, vários projetos de investimento vão sair da gaveta”.

O problema é que há alguns anos parece não haver mais relação direta entre aumento da produção e geração de mais empregos. Dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA - do ministério do Planejamento revelaram por exemplo que em 1993 a produção industrial brasileira cresceu nada menos que 9,3%. Em S. Paulo, o patamar dos 10% foi ultrapassado. O nível de empregos, no entanto, subiu

apenas 0,1%, um aumento que foi imediatamente eliminado e revertido nas primeiras semanas de 94...

De algum modo, parece ter tomado corpo no Brasil uma tendência já observada nos países imperialistas, onde em todos os setores industriais mais dinâmicos a introdução de novas tecnologias resulta no aumento acelerado do desemprego. Um exemplo, no caso brasileiro, é o do setor automobilístico. Após o acordo firmado entre empresários, governo e trabalhadores, o faturamento passou de 10,6 bilhões de dólares, em 1990, para US\$ 16,9 bilhões em 93. A produção pulou de 960 mil para 1,39 milhão de unidades. Ainda assim, o número de trabalhadores empregados caiu quase 10% - de 117 mil para 106 mil - no mesmo período.

No ano passado, tanto o ministro do Trabalho e o próprio Betinho chegaram a sugerir uma saída perigosa para enfrentar a crise. Propunham livrar as empresas do pagamento de encargos sociais, e “flexibilizar” os contratos de trabalho, acreditando que, livre de certas despesas, os capitalistas tenderiam a contratar mais, e abandonar o recurso ao mercado informal.

A experiência internacional mostrava o contrário. Na Espanha, por exemplo, as grandes empresas serviram-se do processo incessante de “flexibilização” dos últimos anos para ampliar a rotatividade da força do trabalho, e o próprio desemprego. No ano passado ele ultrapassou a barreira dos 20% e é o mais alto de toda a Comunidade Européia.

Antônio Martins

NOS Estados

SERGIPE

O quadro eleitoral em Sergipe é de polarização entre as candidaturas Albano Franco (PSDB) e Jackson Barreto (PDT). Tudo indica que Jackson, atual prefeito de Aracaju, vai reunir o apoio do conjunto dos partidos populares. Em dúvida ainda está o Partido dos Trabalhadores, que tem várias restrições a política desenvolvida por Jackson a frente da prefeitura da capital (nesta e na gestão anterior, que não chegou a concluir devido a seu "impeachment" por acusações de corrupção - Marcelo Deda, único deputado estadual do PT à época, votou a favor da cassação). Outro obstáculo é a presença, na frente que apóia Jackson, de partidos e setores conservadores.

ALAGOAS

A indefinição marca o cenário alagoano. De um lado está Divaldo Suruagy (PMDB), candidato dos usineiros. De outro, o esquema Collor de Mello e do atual governador Geraldo Bulhões, que ainda não definiu quem lançará para disputar o governo do estado. As forças de esquerda, que em 1992 elegeram Ronaldo Lessa (PSB) prefeito de Maceió, estão tentando construir uma alternativa. O fator complicador é que o candidato natural desta alternativa seria o próprio prefeito de Maceió. Mas Lessa, que também é vice-presidente nacional do PSB, tem dificuldades em sair da prefeitura agora - e além disso é lembrado para ser o vice de Lula. Outro complicador é a presença, na frente de esquerda, do Partido Republicano Paulista (aquele, do Ademar de Barros Filho). O que causa problemas não é tanto o PRP, e mais os seus mais ilustres filiados alagoanos, o casal Pedro e Tereza Collor. Proprietário do principal monopólio de comunicações do estado, Pedro Collor quer disputar uma vaga

na Câmara dos Deputados (e Tereza, uma vaga na Assembléia Legislativa), e para isso nada melhor que compor uma frente com partidos como o PT e o PSB.

PERNAMBUCO

Em Pernambuco, o quadro também é de polarização entre o ex-governador Miguel Arraes (PSB) e o campo conservador, que atualmente cogita lançar as candidaturas de Roberto Magalhães (PFL) ou Jarbas Vasconcelos (PMDB). Contra esta replay da Aliança Democrática estão todos os partidos do campo popular, sendo que o PSTU defende uma "candidatura própria" - o que equivale a dizer que não estão com Arraes. Aliás, o campo popular pernambucano corria o risco de se dividir - setores do PT e o PPS defendiam a criação de uma "terceira via", incluindo o PMDB e excluindo Arraes. Uma decisão firme de apoio a Arraes, tomada pelo Diretório Regional do PT Pernambucano, matou no nascedouro

a "terceira via", levando o PPS a decidir pela aliança em torno de Arraes.

MARANHÃO

O quadro eleitoral no Maranhão é dominado pelos setores conservadores, que se aninham nas candidaturas do senador Epitácio Cafeteira (PPR) e da deputada Roseana Sarney (PFL). A alternativa dos setores populares é a candidatura do ex-prefeito de São Luís, Jackson Lago, um histórico pedetista. Em torno dessa candidatura se reuniriam todos os partidos populares. A dificuldade é o PSB, partido da atual prefeita de São Luís, Conceição Andrade. A cúpula do Partido Socialista vem defendendo uma aliança com Cafeteira; o PSB decidirá sua posição no dia 19 de março. Outra dificuldade, menor, é a chapa para o Senado. A candidatura natural é a do deputado federal Haroldo Sabóia (PT), que não quer ser candidato, apesar deste ser o desejo da maioria do Partido e do próprio Jackson Lago.

BAHIA

A situação na Bahia depende basicamente da evolução do quadro nacional. O governador Antonio Carlos Magalhães (PFL) não escolheu, até o momento, quem será seu candidato a governador. Em recente entrevista ao jornal *A Tarde*, ACM declarou que, vingando a aliança PFL-PSDB, ele pode até apoiar um candidato a governador que não seja do seu grupo íntimo. Trata-se, é evidente, de um "exagero" de Toninho Malvadeza, mas serve para demonstrar o interesse que os carlistas têm em derrotar Lula, que lidera as pesquisas de opinião entre os baianos. Por outro lado, tanto Waldir Pires quanto Jutahy Magalhães Jr., que disputam a indicação ao governo no interior do PSDB, já afirmaram que vão se rebelar contra uma eventual coligação PFL-PSDB, projetada por Tasso Jereissati. Mais que isso: ambos andam dizendo que vão apoiar Lula desde o primeiro turno. Ambos, é evidente, contam com o apoio do PT a sua(s) candidatura(s) ao governo da Bahia. Já o PT marcou para 16 e 17 de abril o encontro estadual em que escolherá seu candidato a governador. Há dois postulantes: Valter Pinheiro e Zézéu (José Ribeiro), vereadores em Salvador. A maioria da executiva do PT baiano é contra a aliança com os tucanos, mas existem pressões no sentido de apoiar os tucanos, principalmente diante da possibilidade de um apoio direto a Lula. Por isso, uma definição surgirá apenas no encontro. Além das candidaturas do PSDB, PT e de ACM, há também o ex-governador João Durval (PMN), prefeito de Feira de Santana, que rompeu com o carlismo e, diz-se, cogita apoiar Lula já no primeiro turno.



NÃO PERCA TEMPO !

Faça já sua Assinatura de Apoio

O Brasil Agora repete a dose. Você faz uma Assinatura de Apoio e concorre a uma passagem com estadia a Cuba. Você ajuda a construir uma imprensa livre e combativa e ainda vê de perto uma experiência socialista que deu certo.

Sorteio: 02/06/94 - Ligue já 0800-111300

FESTA DO ZÉ DIRCEU

Apareça na Festa de Aniversário do candidato a Governador do PT de São Paulo.
Dia 21 de março, 20 h, no Bar Avenida, na Rua Pedroso de Moraes, em São Paulo.

ANDANÇAS NO SUL

O repórter gaúcho faz um balanço da caravana de Lula no Rio Grande do Sul. O líder petista já prepara outra caravana que vai percorrer o nordeste a partir do final de março.

A IV Caravana da Cidadania falou para mais de 25 mil pessoas no Rio Grande do Sul, entre os dias 18 e 22 de fevereiro. Elas lotaram praças, ginásios, trevos de estrada...

qualquer lugar onde a caravana parasse para conversar. Além de ouvir, falaram. Aposentados, professores, trabalhadores rurais, desempregados, empresários e até pecuaristas reclamaram do Brasil, do governo e exigiram soluções para a crise.

Já a primeira cidade, Santa Vitória do Palmar, na parte da viagem feita em avião, foi uma pequena mostra do que viria a seguir: mil pessoas receberam Lula, Olívio, Bisol e Tarso. Em Chui havia 800 pessoas. Melhorou na parte terrestre. Em Livramento, o ato reuniu 4.000 e por 10 metros não "invadiu" o Uruguai. Aquele foi um ato binacional, pois no palanque e no público havia uruguayos. Em concentrações menores, como em Rosário do Sul, Santo Antônio das Missões, Itaqui, Carazinho, quando o público variou de 250 a 1200 pessoas, Lula oferecia "Fim da inflação", pediram em Rosário, "aumento da aposentadoria rural",

disse um trabalhador rural aposentado em Santo Antônio das Missões "alimentos mais baratos" pediram em Carazinho.

Reforma agrária

Houve momentos de maior discussão com produtores de arroz em Uruguiana, numa reunião na Prefeitura, e em Alegrete, num almoço, reivindicaram apoio ao arroz irrigado, nova política agrícola, fim das importações, subsídio.

Nos assentamentos (Fazenda Itaíba, em Ibirubá, Libertação Camponesa em Não-Me-Toque e Fazenda do Holandês, em Carazinho) os pedidos foram de empréstimos aos pequenos proprietários, apoio à Reforma Agrária, incentivos à pesquisa, subsídios. Em todos estes lugares, Lula, Olívio e técnicos que acompanhavam a Caravana foram claros: O PT defende uma política agrícola que aumenta a produção, propõe que o arrendamento seja de no mínimo 5 anos, está preocupado em baixar o custo dos produtos da cesta básica e vai fazer a Reforma Agrária em terra improdutivas acima de 50 hectares.



Lula: grandes comícios e conversas com agricultores

Realidade brasileira

Alguns momentos sensibilizaram, como o ato cultural em São Miguel das Missões. Olívio lembrou de sua infância e do aprendizado sobre um tipo diferente de sociedade e de vida que aquela história deixou. Um menino de rua leu um poema sobre sua vida e seu futuro. No palanque Lula começou seu discurso com este motivo. Para ele, as Missões são mais um exemplo de "luta do povo brasileiro por uma sociedade melhor que as elites do País destruíram". Lula emocionou-se também nos assentamentos: "Cada vez que vejo um assentamento dar certo, mais me convenço da necessidade da Reforma Agrária. Quando o suor da gente molha a terra, aí a gente sente o amor à terra e o amor pelo trabalho". Em

Ijuí, num debate com Universidade e cooperativas, Cotrijui e Fecotriço entregaram documentos com propostas de política agrícola e se dispuseram a participar de um programa de governo de segurança alimentar.

"Somente conversando com as pessoas, visitando o interior do País, é que poderemos conhecer o sofrimento da população e conseguir realizar, em Brasília, as modificações necessárias para o Brasil", diz Lula. O encerramento da fase gaúcha foi um ato público com 7 mil pessoas, em Erechim. Lula visitou Arativa a única cidade do Estado em que venceu no segundo turno de 89 - e foi ao encontro destas pessoas que enfrentaram a tormenta para gritar "Lula lá, Olívio aqui" e cantar o Hino Nacional.

Marco Antônio Shuster

PETISTAS CRITICAM E APELAM AOS TUCANOS

O diretório Nacional do PT, reunido nos dias 5 e 6 de março, decidiu endurecer o jogo com o PSDB. Além de um ataque ao Plano FHC2, foram aprovadas três resoluções sobre política de alianças.

A primeira delas diz que o PT "intensificará prioritariamente os contatos com PSB, PV, PCB, PD do B, PSTU e PPS objetivando construir, desde já, com estes partidos uma ampla frente de apoio à candidatura Lula e a elaboração conjunta do programa democrático e popular que oferecemos à nação. Ao mesmo tempo, a direção do PT buscará ampliar esta aliança com setores progressistas e democráticos do PMDB e PDT que se disponham a somar forças à candidatura Lula".

Sobre os tucanos, a resolução afirma que o PSDB, ao lado dos partidos conservadores, se tornou no principal suporte do governo Itamar e agora do plano FHC. A resolução diz ainda que a cúpula do Congresso Revisor, tenta conduzir o partido para ressuscitar o cadáver da aliança

Reunião do Diretório Nacional critica PSDB e aposta em alianças com PSB, PV, PCB, PC do B, PSTU. Decide também procurar setores democráticos do PMDB e PDT

democrática com o PMDB e o PFL, nega suas pretensões democráticas, se converte numa agremiação aliada aos setores conservadores, tentando tornar-se alternativa política para viabilizar uma candidatura anti-Lula.

O documento conclui afirmando que o caminho escolhido pela direção do PSDB conduz o partido a um afastamento cada vez maior dos setores democráticos e populares, e com a perspectiva de transformações profundas na sociedade brasileira. Tal posição, se confirmada, inviabilizará uma aliança nacional do

PT com o PSDB.

Além de aprovar esta resolução, o Diretório Nacional do PT decidiu também lançar uma Carta Aberta ao PSDB, e adotar uma resolução específica sobre a política de alianças no Ceará, aonde está uma das principais bases de sustentação da política seguida pela direção nacional dos tucanos. Com base nisso, o PT decidiu orientar o Diretório Estadual do Ceará a lançar candidatura própria para debate com o PSB, PPS, PC do B e do PV, visando construir uma alternativa

para a disputa do governo do Estado, condicionando as discussões regionais com o PSDB aos rumos que este partido determar em sua política nacional.

Essas decisões duras não impediram o Diretório Nacional de dizer claramente que o PT continuará buscando, em todas as regiões do país, os setores do PSDB identificados com o programa de reformas estruturais que propomos para consolidar o arco de alianças capaz de viabilizá-lo.

Além disso, se afirmou que a busca de diálogos com setores políticos e sociais deve mobilizar o conjunto do nosso Partido. Deve, também, se combinar com o fortalecimento de nossas candidaturas estaduais, como já vem ocorrendo em São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Distrito Federal, Acre, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul, entre outros.

Valter Pomar

Os Jacksons do Nordeste

Os dois são Jackson, os dois são do PDT, os dois buscam uma aliança com o Partido dos Trabalhadores, os dois veem com simpatia a relação entre suas candidaturas ao governo do estado e a campanha Lula presidente. Um é Jackson Barreto, ex-militante do PCB por 13 anos, prefeito de Aracaju. O outro é Jackson Lago, ex-prefeito de São Luís, pedetista histórico.

Barreto é uma figura expansiva, fala solta. Criticou pesadamente os setores do PT que não aceitam apoiá-lo na disputa pelo governo do estado. "Para nós é importante a coligação com o PT: primeiro porque consegue unir todas as oposições em torno de um projeto político, em resposta a unidade dos setores conservadores", que se unificam em torno da candidatura Albano Franco (PSDB). Pouco disposta aquelas conhecidas discussões sobre programa de governo — "um saco, muita demagogia", Jackson está disposta a acertar compromissos programáticos de governo, inclusive em relação a Lula, caso seja eleito: "vou me somar a outros governadores progressistas em defesa do governo Lula".

Juntos

Militante do PDT, Jackson admite que não poderá subir no palanque e pedir votos para Lula, não apenas porque isso poderia levar a cassação de seu mandato, mas principalmente porque não seria éticamente correto. Mas deixa claro que se Brizola não for para o segundo turno, apoiaria Lula. Mais que isso:

"podemos dividir o palanque". Segundo Jackson Barreto, "quem vai sofrer com a eleição casada é Lula. Nas eleições de 89, as lideranças tradicionais do interior não tiveram influência. Nesta eleição,

os líderes é que vão mobilizar o povo." Caso o PT participe da frente pró-Jackson, Lula teria um palanque no interior, o que não aconteceria no caso do PT sair sozinho. Quanto a TV, Jackson não vê nada demais em abrir espaço para os diversos candidatos presidenciais.

A contrapartida, é claro, existe: "Lula ganha um palanque em Recife, minha candidatura ganha maior credibilidade em Aracaju. Vai ser uma campanha do povo contra as elites, reunidas em torno de Albano Franco. O palanque de Lula só pode ser o nosso".

Contra o clã Sarney. Se Barreto é expansivo, Jackson Lago é um tipo

tranquilo, voz baixa. Candidato das esquerdas contra Roseana Sarney e Epitácio Cafeteira.



Jackson Barreto:

"Líderes mobilizarão o povo nestas eleições"

Jackson Lago tem duas preocupações: ganhar o apoio do PSB e ter Haroldo Sabóia em sua chapa para o Senado.

"Algumas lideranças do PSB se envolveram demais com o negócio do Cafeteira. Pensam em sua popularidade, acham que é um nome leve, que não vai ser lembrada sua vinculação com Maluf. Tentam garantir seus mandatos. Se o PSB apoiar Cafeteira, será uma tragédia política e eleitoral para os Socialistas: parte de seu eleitorado vai para o PT, outra parte para o PDT."

Sobre suas chances, Lago lembra da campanha de 1990 e 1992.

"Entramos na última hora com a candidatura de Conceição Andrade. No começo tínhamos 2%, o Ibope nos deu no máximo 10% e nas urnas tivemos 19,5%. Hoje as pesquisas nos apontam com 8%, isso é uma coisa ótima. De lá para cá, a CPI do Collor e do Orçamento mostraram muita coisa. O Maranhão não pode ficar fora desta revolução ética. Em nosso estado, as elites não têm nenhuma candidatura que resista a uma campanha ética".

Rugas

Sobre as rugas PT-PDT, Jackson Lago se sai bem: "o PT tem Lula, o PDT tem Brizola, mas em nenhum momento temos candidatos de direita ou corruptos". Mas ele reconheceu, em conversas com dirigentes do PT maranhense — Jomar Fernandes, Domingos Dutra, Washington Luís — que "na hora que definirmos a frente, vamos

ter que resolver a complexa questão da relação Lula/Brizola na frente".

Preocupado em evitar que sua candidatura seja apenas de protesto, Jackson Lago lembra sua experiência administrativa, suas propostas de governo — especialmente na área fundiária, educação e saúde. E tenta ampliar a densidade eleitoral de sua chapa, convencendo Haroldo Sabóia, deputado federal eleito pelo PSB e atualmente no PT, a candidatar ao Senado. Se Sabóia não topar, diz Lago, "temos que ter cabeça fria para buscar o nome com maior densidade eleitoral, independente da sigla."

Valter Pomar

Novos ares em Maceió

Alagoas ficou internacionalmente conhecida depois que um membro de sua elite tornou-se presidente da República, mais precisamente o primeiro a sofrer um impeachment. Pois foi no embalo do impeachment que as esquerdas derrotaram as oligarquias e venceram as eleições para a prefeitura de Maceió.

Os eleitos foram o prefeito Ronaldo Lessa, atualmente vice-presidente do Partido Socialista Brasileiro, e a vice-prefeita Heloísa Helena, uma enfermeira de 31 anos.

Passados mais de doze meses de governo, ambos fazem uma avaliação positiva da sua administração. Ronaldo lembra que o primeiro ano foi muito difícil, um ano de investimento interno, de informatização, de organização, de anulação de contratos de 2 mil contratações irregulares, oito meses para tirar a prefeitura da inadimplência — e mesmo assim ainda tem dois processos contra prefeitos anteriores". Mas "deu para o governo mostrar a sua cara, ganhar credibilidade. Tanto é que o povo pagou o IPTU, o que foi a sorte, porque o governo estadual não repassa o ICMS e o governo federal só repassou 1/4 do que devia. É a credibilidade e o resgate da relação com o funcionalismo que explicam a opinião favorável da população a

nosso respeito: 74% de ótimo, bom e regular — isto antes da entrega de qualquer obra".

Respeito

Heloísa Helena faz uma avaliação bastante semelhante. "Ainda estamos muito longe de resgatar a dignidade do movimento sindical, mas existe um respeito, foi instalada uma política salarial". O PT responde por duas importantes secretarias: transportes e educação. "A tarifa continua muito alta. Mas a sociedade entende que houve mudanças na relação com o cartel de transportes urbanos. Na educação estamos recuperando as escolas, adotando uma gestão democrática".

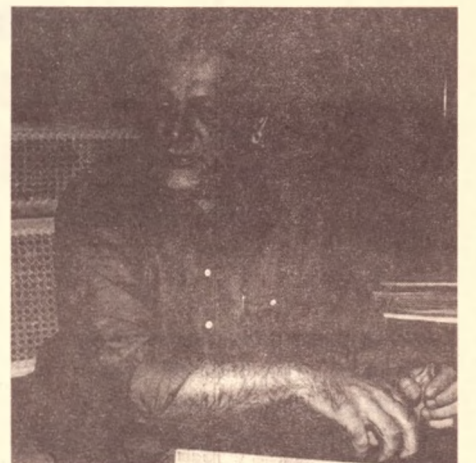
Heloísa aponta um dos motivos pelos quais a avaliação da prefeitura é tão positiva: a completa imoralidade do governo do estado, cujos pilares são "o cinismo e a corrupção. Diante deste caos, ao qual soma-se o submundo da vida privada de Geraldo Bulhões e família, a imagem do governo municipal só pode ser esta, positiva".

Heloísa lembra que a administração não é do PT. Mais ainda: o PT é minoritário no interior do governo. Por isso há ainda muito o que avançar, principalmente na democratização da administração: "os avanços feitos ainda não foram oficializados".

Tanto Lessa quanto Heloísa afirmam que, no início do governo, houve momentos delicados na relação entre o PT e o governo. "Mas a medida que o tempo passa, a relação fica mais estável. Em 1 ano de governo, Heloísa administrou 30 dias. Da última vez, ela mostrou mais afinidade ainda. Cada dia que passa, as diferenças têm diminuído." Ainda segundo Lessa, as maiores dificuldades são com os setores do PT que não integram a administração. "Esse problema o PT também tem. São críticas feitas talvez por não saberem o que tem sido feito. Críticas que acabam batendo no próprio PT. Mas temos aos poucos conseguido afinar a viola".

Heloísa também acha que é a relação PT/governo é bastante tensa, por responsabilidade dos dois lados. "Pela dinâmica da administração, a gente peca por não abrir espaços. O próprio PT, por outro lado, tem uma ânsia muito grande em querer intervir em questões pequenas, administrativas inclusive, perdendo a possibilidade de apresentar um projeto global. Nos ausentamos da relação com o movimento popular."

Heloísa Helena é uma pessoa popular em Maceió, seja por suas



Lessa ganhou credibilidade

posições, seja por seu comportamento simples. Em Alagoas, isso constitui uma novidade e tanto. Basta lembrar que os "destaques femininos" da política alagoana são pessoas como Denilma Bulhões, conhecida por seu comportamento agressivo e escandaloso; Rosane Collor, ex-primeira dama, Leda Collor e Tereza Collor, três personalidades no mínimo polêmicas...

Heloísa considera que sua presença na vice-prefeitura é importante para as mulheres. Um índice disto é o número de audiências populares, muito maior para ela do que para o prefeito Ronaldo Lessa. "Hoje existe um respeito muito maior", que se estende também às demais mulheres com postos de comando na administração, entre elas as secretárias da saúde e da Educação. V.P.

“UM CAMINHO PRÓPRIO PARA O SOCIALISMO”

Nesta entrevista o sociólogo Ricardo Antunes defende com entusiasmo a orientação que a nova direção do PT vem imprimindo ao partido. Critica a social-democracia em nome da atualidade da luta pelo socialismo no Brasil. De certa forma, esta matéria responde à polêmica entrevista concedida a este jornal, em seu número anterior, por Francisco de Oliveira.

Ricardo Antunes é professor de Sociologia do trabalho na Unicamp. Foi diretor do Arquivo Edgard Leuenroth e professor da FGV São Paulo.

Você acha que para ganhar a eleição e governar, o PT precisa abrir mão de seus pressupostos políticos-ideológicos?

Não, porque no contexto das profundas transformações que a sociedade vive, é mais do que imperioso a reafirmação de uma alternativa capaz de romper com um quadro de desemprego estrutural e aumento da miséria.

No caso brasileiro, algumas reformas estruturais são absolutamente imperiosas, aquilo que o PT chama de um programa de inspiração democrática e popular. E isso exige pressupostos políticos-ideológicos, traços acentuados de uma postura socialista e um programa que contenha, com maior ou menor intensidade, uma dimensão anti-capitalista. Eu não concordo em hipótese nenhuma com o fim das ideologias e do socialismo.

Como você encara a luta pelo socialismo no mundo e no Brasil hoje?

A experiência dos países do chamado socialismo real, mostrou-se trágica. Então, a primeira constatação é que esta tentativa mostrou-se redondamente fracassada, essencialmente porque estes experimentos não foram capazes de romper com a lógica globalizada e mundializada do capital. O sistema produtor de mercadorias em escala global sufocou, uma a uma, as principais tentativas de experimentos pós-capitalistas. O socialismo hoje não é um projeto que pode vigorar num só país, e nem mesmo num conjunto de países subordinados no contexto de uma economia globalizada e controlada por uma ditadura, digamos, autocrática de feição neo-stalinista. Bom, isso não é socialismo. O que coloca um desafio muito maior.

Como assim?

Os projetos de transformações socialistas que o mundo poderá vivenciar serão simultaneamente nacionais e universais. Supõem experiências nacionais que tenham forte dimensão universalizante. Ou

você atinge o núcleo do sistema produtor de mercadorias, o centro desta economia globalizada, ou as experiências parciais, por mais bonitas que sejam as revoluções nestes países, tendem a ser sufocadas. O desafio dos dias de hoje é a luta por um socialismo renovado e radical. Quero frisar isso para não dar a idéia de que a alternativa ao socialismo passa pelo caminho social-democrata. É um grande equívoco imaginar que, já que Leste Europeu ruuiu, resta-nos o liberalismo ou a social-democracia.

Por onde deve ir a busca das esquerdas?

O que deve instigar e inquietar uma esquerda que procura resgatar um socialismo inspirado em outros valores. É possível dizer que isso hoje é algo distante de se visualizar, mas a economia capitalista, em escala global, vive uma crise de grande envergadura. Eu não diria que é o colapso final, mas ela torna muito difícil visualizar os próximos cinco ou dez anos.

É uma ilusão a gente imaginar que o socialismo no Brasil seria alguma coisa com uma dimensão nacional. O papel que o processo de transformações anti-capitalistas num país como o Brasil, por certo causará impacto no México, na Argentina, no Chile, na Índia, em países asiáticos. E isso cria um campo de países intermediários do terceiro mundo que tem grande peso na crise do capitalismo no seu sentido mais amplo.

Isso coloca um desafio ao governo Lula, se ele for eleito. Ele será um governo que vai mexer fundo nas estruturas do país de modo a iniciar uma desmontagem desta inserção subordinada e nefasta do Brasil numa economia de perfil neoliberal, ou ele vai acabar se acomodando? Isto é um desafio agudo. O socialismo no Brasil hoje passa, num primeiro momento, por reformas estruturais que começaria a alterar o padrão produtivo, criando um forte mercado interno e uma produção de bens de consumo

assalariado. Isso começaria a ferir alguns interesses hoje dominantes e abriria caminho para um momento capaz de fazer com que estas reformas estruturais apontem para um sentido mais claramente anti-capitalista.

Como você vê a política de alianças do PT, particularmente em relação ao PSDB?

Eu estou de acordo que o PT tenha uma política de alianças e que esta política priorize aqueles setores

que de um modo ou de outro se inserem no campo da esquerda. O problema mais grave do PSDB é que ele hoje é a expressão mais acabada, mais articulada, deste projeto que oscila entre a variante social-democrata e a variante neoliberal. Então, se a aliança do PT com o PSDB implica no PT abrir

mão de seus pressupostos programáticos e aderir ao projeto do PSDB eu sou agudamente contra.

O PSDB tem um programa que está plenamente inserido na ordem da qual o plano FHC é a expressão mais verdadeira. É um plano com um traço social-democrata mas muito bem inserido num universo neoliberal. Nesse sentido não dá para o PT conseguir atrair o PSDB para o seu campo, porque o PSDB obrigará que o PT dilua todo o seu programa de reformas e aí o PT se misturaria de tal modo com o PSDB que não sairia daí um projeto contra a ordem. O desafio hoje é um projeto ousado, contra a ordem, e o PSDB está longe disso.

O que você acha da atual direção do PT? Esta nova maioria afasta o PT das bases?

Não. Ao contrário. Acho que a nova direção do PT refletiu uma forte pressão das bases nos últimos anos, cuja manifestação foi no sentido de brechar uma certa tendência excessivamente institucional, parlamentar e integradas com a ordem, que vinha ganhando posições dentro do

parlamento e em setores do PT. Então eu acho que esta direção reflete este descontentamento geral das bases sociais do PT frente a uma miséria brutal, a um desemprego estrutural, à desmontagem visceral que o país está vivendo, e que passa como sendo o moderno, o avançado, o progressista. Nesse sentido, esta direção atual não só conta com as bases sociais do PT, como elas têm demonstrado uma significativa ousadia para remar contra a ordem. Hoje, não se questiona se este sistema produtor é destrutivo. Não é moderno questionar isso. E a direção do PT caminha contra esta tendência. Isso a aproxima das bases e mais do que isso, coloca o PT mais sintonizado com as lutas sociais que o originou. Nesse sentido eu vejo que a atual direção é um avanço dentro da história do PT.

Como intelectual, você se sente representado pelo movimento que reuniu intelectuais na PUC-SP no dia 5 de março para lançar um manifesto?

Eu quero dizer desde logo que tenho um enorme apreço e respeito intelectual por vários daqueles colegas que lançaram aquele Manifesto. Mas tenho alguma divergência política e mesmo ideológica. Eu acho que não é justo que quando a direção de um partido é eleita num processo verdadeiro e democrático, resultante dos Encontros, seja questionada por ter uma tonalidade mais à esquerda. Eu pergunto: Se o tom dominante no PT hoje fosse aquele alguns de seus parlamentares lhe tentam impor no parlamento, teria havido esta resistência de setores intelectuais? Eu penso que este Manifesto tem que ser entendido no interior do debate que existe no PT hoje entre dois projetos. Um de inspiração socialista, que tem traços e que quer resgatar traços anti-capitalistas e um projeto de inspiração social-democrata.

O que pensa do plano FHC?

O Plano FHC é competente e inteiramente inserido no esquema dominante. É a dolarização da economia brasileira, é um plano que tem traços de aproximação com o plano argentino, e é essencialmente nefasto para as classes trabalhadoras. Mais uma vez perdas, um quadro recessivo se acentua e não toca em nenhuma questão estrutural da perspectiva do mundo do trabalho. Sua diferença com alguns dos anteriores, Collor ou Cruzado, é que ele é mais competente, mas é uma competência burguesa. Para a qual, aliás, o Fernando Henrique se presta muito bem. O Príncipe das elites hoje chama-se FHC.



O continente sem-terra se reúne nos Andes

No Perú, os camponeses de toda a América Latina trocaram suas experiências de luta e melhoram sua organização internacional

Irá se ver / irá ser ver / hermano Lula no poder - com palavras de ordem desse tipo, os delegados ao 1º Congresso Latinoamericano de Organizações do Campo, realizado em Lima (Perú), de 21 a 25 de fevereiro, expressavam o sentimento de expectativa da esquerda da América Latina com a possibilidade de uma vitória do PT no Brasil.

Esse congresso, com quase 300 delegados, de 84 organizações de 20 países, é o resultado de uma articulação que começou durante o 2º Congresso do Movimento dos Sem Terra (MST), em 1990, continuou no Encontro de Vitória (ES), em julho de 1992 e no 3º Encontro Continental dos 500 Anos em Manágua (Nicarágua), em outubro de 1992.

Egídio Brunetto, dirigente nacional do MST e um dos dirigentes da comissão

organizadora, destaca o aspecto amplo do evento (não só os capangas de sempre, diz ele), a participação de entidades representativas, de luta, e o fato de que cada entidade *teve que se virar* para conseguir as passagens.

A segunda maior delegação era a brasileira, com 50 delegados, 15 dos quais mulheres. Enviaram representantes, além do MST, o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) da CUT, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR).

Os depoimentos evidenciaram a devastação causada pelo neoliberalismo na região: desemprego estrutural elevado, impressionante concentração da população nas grandes cidades e manutenção de forte concentração da terra. Diminuiu a quantidade

trabalhadores agrícolas e deixa de ser necessária a reforma agrária para os capitalista.

OS DEBATES

Discutiu-se o campo, sem fechar questão com conceitos. Entraram indígenas, assalariados e camponeses. Dentro desse universo foram debatidos os temas da reforma agrária; desenvolvimento e modernização agrícola (aí incluídos emprego, salário, comercialização, agroindústria e produção agropecuária); comunicação, informação e capacitação; mulher, juventude e infância; educação e saúde; organizações camponesas e autogestão produtiva; direitos humanos; meio ambiente, florestamento, agricultura orgânica e recursos naturais; nacionalidades e diversidade étnica; e a questão da coca.

Brunetto avalia que o resultado do congresso, em primeiro lugar, foi o fato de ter acontecido. Um evento assim, com tanta gente, de tantas entidades diferente e de quase toda a região, propicia um intercâmbio muito intenso, permite articular a organização dos camponeses latinoamericanos em um nível sem precedente. Para ele, o movimento camponês brasileiro deu um salto de qualidade com esse evento.

Não se criou mais uma entidade internacional. Cada região (cone sul, andinos, caribe, centro américa e norte) tirou dois países representante, e funcionará no Brasil uma secretaria operativa, ainda por definir entre o comitê das organizações, até o próximo congresso em 1997.

MILTON POMAR,
de Lima

ALTERNE SUAS FONTES DE INFORMAÇÃO

Leia

Teoria & Debate,
a revista do PT

ASSINE LOGO PARA GARANTIR O SEU EXEMPLAR DURANTE A CAMPANHA ELEITORAL

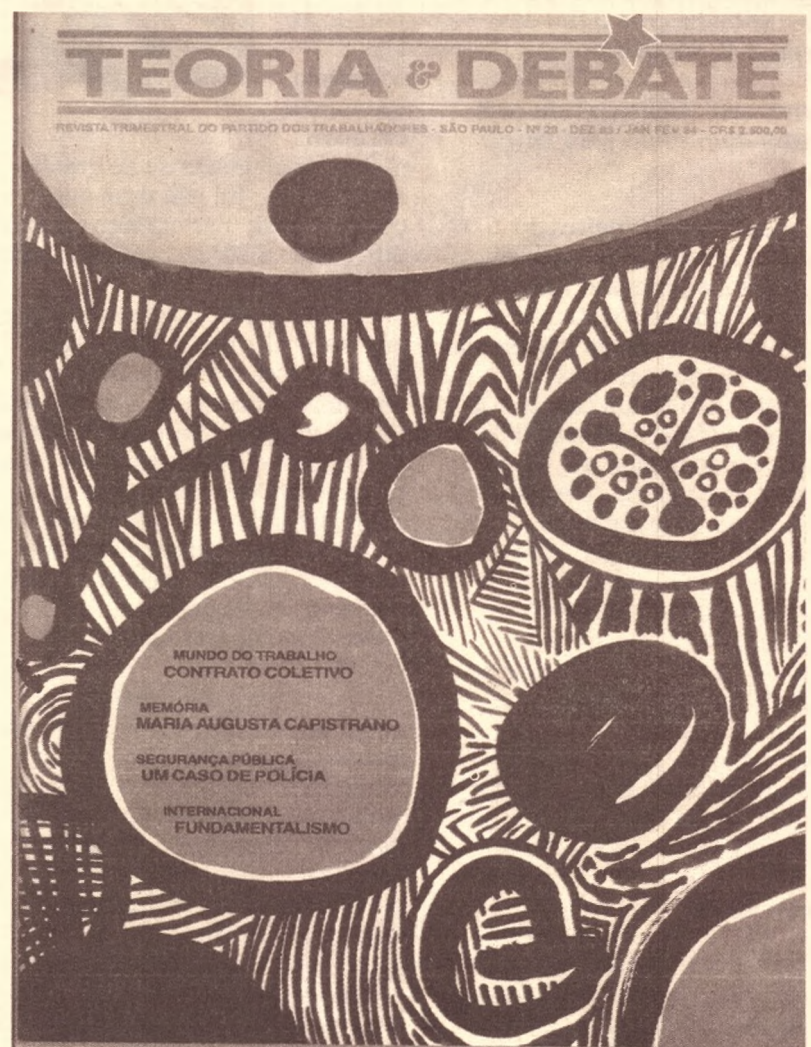
ASSINATURAS 4 EDIÇÕES

CR\$ 12.600,00

8 EDIÇÕES

CR\$ 22.400,00

PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 23/03/94



Mundo

CUBA

UMA MUDANÇA NA CRISE

Cuba vive ainda, no começo de 1994, o momento mais agudo da sua pior crise econômica, desde o triunfo da revolução, em 1959. O país continua a dispor de apenas 40% do combustível que obtinha em 1989. Os corte de luz por cinco horas diárias se mantêm, o abastecimento de alimento, produtos sanitários e outros utensílios básicos continuam precários.

Mas, por trás da continuidade, importantes elementos novos foram se introduzindo na crise cubana. Se é possível dizer que Cuba já resistiu à crise em que muitos prognosticaram o final do regime socialista, não é menos verdade que a fisionomia social da ilha está sendo transformada, numa direção que ainda é cedo para prever em toda a sua dimensão.

Como sobrevive Cuba e apoiada em quê? O país conta com uma geração que viveu ainda sob o capitalismo e se constitui no esteio fundamental de apoio do socialismo. São médicos, engenheiros, professores, membros da primeira geração que, em suas famílias, tiveram acesso à universidade, grande parte deles, negros e mulheres, que sabem o que significou a ruptura da barreira social capitalista na ilha. Eles são a melhor expressão da democracia social cubana.

Miami não

Eles têm claro que o destino alternativo de Cuba não seria Miami, mas a República Dominicana ou Haiti, caso não tivesse acontecido a revolução. Além disso, a noção de soberania, de dignidade, foi conquistada em luta contra o império, que se ergue como protagonista das propostas de transformação capitalista de Cuba.

Esses fatores favorecem a estabilidade do regime cubano, mesmo na delicada situação de luta pela sobrevivência; porém não são suficientes para reconstruírem o consenso original da revolução cubana. Uma proporção alta de sua população já nasceu sob o privilégio da gratuidade do ensino e da saúde, do pleno emprego, do acesso generalizado a bens materiais e culturais. São gerações que não desejam a ruptura com o socialismo, mas querem avançar em suas conquistas, viver o cotidiano de sua sociedade com seus conflitos e limitações, pressionando para maiores avanços, na sua capacidade de consumo, de autonomia individual e de criação artística.

O governo cubano, consciente da

impossibilidade de reproduzir o modelo econômico que havia propiciado um crescimento ímpar na América Latina durante duas décadas tomou medidas que ele mesmo caracteriza não como avanço de socialismo, mas de sobrevivência da revolução. Entre elas estão a associação do Estado cubano com capitais estrangeiros - já materializada em mais de 500 acordos, da exploração de petróleo a hotéis. Constam também o crescimento acelerado do turismo e a liberação de atividades autônomas (artesanato, prestação de serviços) entre as quais se incluem as ligadas ao turismo, com a legalização da cobrança em dólar.

Distensão

Os efeitos foram imediatos. Embora persista a crise econômica, o clima social distende-se, na medida em que as pessoas encontraram formas alternativas de enfrentá-las, mediante iniciativas individuais, complementares ao que têm garantido pelo fornecimento estatal. O pólo dolarizado da economia começou a representar uma atração forte para quem, detendo pesos (moeda cubana), não dispunha de bens para comprar. Essas atividades servem para complementar o orçamento dos trabalhadores cujas empresas foram temporariamente fechadas e que passaram a receber 70% de seu salário, mas servem também para atrair outros trabalhadores, que preferem atividades na área do dólar a seus empregos originais remunerados em pesos.

Se ajudaram a distender socialmente, essas medidas trouxeram novos problemas: desvalorizaram o trabalho, enfraqueceram a economia planificada e alentaram desigualdades sociais até então inexistentes. O excesso de moeda circulante em pesos, devido à carência de bens para serem adquiridos, promoveu uma desvalorização da moeda e uma subida vertiginosa do mercado negro do dólar. Medidas como a cobrança de impostos, pelo menos das atividades por conta própria, assim como outras decisões para enxugar o excesso de pesos, como forma de revalorizar o trabalho socializado, pilar da economia cubana, se tornaram indispensáveis. A discussão agora é como introduzi-las mantendo o colchão de proteção social que caracteriza a sociedade desde 1959.

Uma parte significativa das terras - incluídas as ligadas à safra

açucareira - foi entregue a novas cooperativas camponesas, que adquirem os instrumentos de trabalho do governo. A safra deste ano terá nessas novas cooperativas seu centro nervoso. No entanto, permanecem resistências à reabertura do mercado livre camponês - experiência encerrada em 1985, sob a justificativa de abusos por parte dos intermediários - , que poderia incentivar a produção de alimento para o mercado interno, agora com impostos e controle de preços.

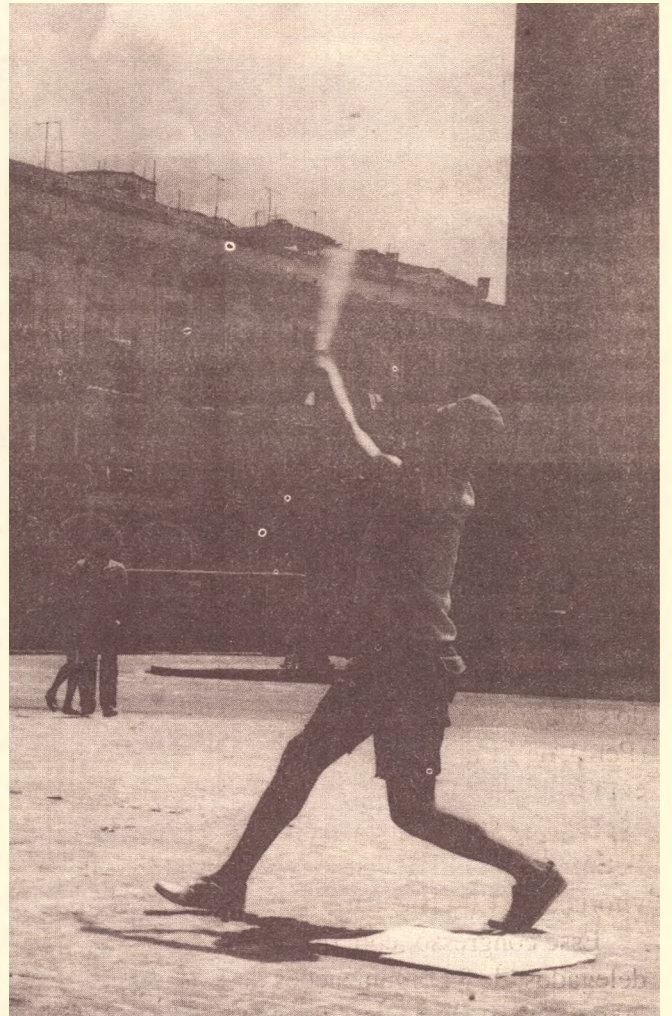
Sociedade civil

De qualquer forma, as transformações em Cuba estão propiciando, pela via dos fatos, o surgimento de uma sociedade civil, articulada em torno das atividades econômicas de subsistência nos serviços autônomos e no turismo. O Estado cubano, que foi tudo ou quase tudo, em termos econômicos, ao apelar para o turismo e para a liberação das atividades autônomas e na área do dólar, passa a conviver com uma diversidade social antes desconhecida.

Diante disso, um novo consenso tem que ser estabelecido, reconhecendo as diferenças sociais, os novos conflitos que ela encerra, a complexidade cada vez maior de uma sociedade que apresenta os mais elevados índices de capacitação do trabalho do Terceiro Mundo. Cuba já não será a mesma, depois destas transformações. Seu novo desafio é redefinir suas relações com o mercado internacional, com o capital privado induzido, com os desníveis de remuneração que isso implica, mantendo as conquistas que fizeram do país uma ilha de civilização em meio à barbárie do neoliberalismo e da mercantilização da vida em tantos cantos do mundo.

Resistência

A capacidade de resistência dos cubanos às dificuldades a que estão submetidos é emocionante. O melhor exemplo disso é a continuidade da vida cultural - desde os prêmios literários, como o da Casa das Américas, ao funcionamento regular das catorze orquestras sinfônicas de todos os estados, cujos músicos profissionalizados continuam a realizar seus concertos semanais, passando pela criatividade das



editoras locais, que ressiclam papel p para manterem o ritmo de publicações, num país em que as edições de livros sempre chegaram às dezenas de milhares de exemplares por título. Enquanto isso, os estudantes de música recebem instrumentos para ensaiar e, quando se trata de instrumentos difíceis de transportar, a escola lhes fornece um suplementar, para ser mantido em casa. A cultura nunca foi tratada como sobremesa em Cuba e o próprio fato de o prêmio Casa das Américas existir desde o começo da revolução, completando com ela trinta e cinco anos, bem o demonstra.

Por outro lado, apesar da agudeza da crise, nenhum hospital, policlínica, centro de saúde, escola ou instituto de pesquisa foi fechado. Todos os médicos e professores estão empregados e o sistema social cubano conseguiu diminuir a taxa de mortalidade infantil, em plena crise, para 9,4 por mil nascidos vivos (a brasileira, muito desigualmente distribuída, é de 54) e, com isso, mais 1212 crianças tiveram sua vida salva. Todas as crianças de até 7 anos continuam recebendo um litro de leite diariamente.

Cuba enfrenta assim a mais grave crise de sua história, demonstrando que é possível fazê-lo fora do neoliberalismo, preservando as políticas sociais básicas e, com elas, a democracia social que a caracteriza singularmente no mundo de hoje. Vivendo o quinto ano depois da queda do muro de Berlim e o desmoronamento dos regimes do leste europeu, Cuba sobreviveu e, a duras penas, busca uma nova modalidade de inserção no mercado internacional, sem sacrificar suas conquistas fundamentais. Sua luta tem a ver não apenas com o socialismo, mas com a própria civilização, quando a barbárie se multiplica pela ex-Iugoslávia, pela Somália, pelo Haiti, por Angola e é realidade cotidiana nas nossas ruas e praças.

Emir Sader é sociólogo, professor da UERJ. Esteve em Cuba no mês de janeiro de 1994.

30 ANOS NESTA NOITE



Na longa noite da ditadura, a repressão policial era o símbolo

Quem nos viu e quem nos vê... Dentro da geração de 68, há uma geração de 64 - aquela que viu o chão fugir-se por debaixo dos pés. De 64 a 68 o destino das pessoas mudou completamente. Cidade e projetos esfumaram-se no ar, vocações profissionais caíram por terra, e todos os homens jovens deixaram de usar gravata por muito tempo. Ou quase todos. Hoje, elas reaparecem. E com os espalhafatos de "sessão nostalgia".

Não há rumo para rememorar. A pergunta que ocorre é na verdade sobre o futuro. Para onde vai 64 dentro de nós, agora, trinta anos depois? E a esquerda e a direita, me pergunta, com a voracidade dos

jovens, a secretária deste jornal. Que esquerda e que direita, repergunto eu, vendo nosso Fernando Henrique arriscando ser a alternativa conservadora nesta eleição, e o José Serra de arauto de já desgastadas doutrinas neoliberais, que só desfrutam ainda da imerecida respeitabilidade por aqui. Ao ver essas coisas não posso deixar de pensar em lagartas e borboletas, e de como umas se desentranham das outras. Não vai decepção nestas observações. Na natureza muito pouco se cria, tudo se conserva. Se assim é, é porque lá já estava. Conquistou-se, nesta terra, o direito democrático de se ser conservador. É melhor do que aquela bota no

No dia 31 de março, o golpe de 64 completa 30 anos. Trata-se de uma data que ninguém deve se esquecer para que ela não se repita nunca mais.

pescoço.

mas nada compensa o que passou e sobretudo o que não passou: a única cicatriz que não fecha é a do futuro que não houve. Houve quem morresse, quem partisse. Hoje todos voltam: aqueles lá na soleira da memória; aqueles ali ainda com o corte da distância; este mais de cá de olhar parado sobre aqueles anos que simplesmente não passavam. O drama de viver as ditaduras é este: não passam. Não há eleição de 89 ou de 94 que refaça as votações que ficaram em suspenso. A coragem de hoje não redime o medo de ser feliz de ontem.

Mas estas não são palavras de desesperança. Pelo contrário. Só são palavras a contrapelo das euforias. Tudo é humano, demasiadamente humano e frágil. É verdade que a esquerda mudou. Somos menos estalinistas, menos machões, menos formais, menos posudos, menos durões. Acho até que somos menos chatos. Mas somos menos adolescentes. E não me refiro a questão de idades que lá vão ou de cabelos grisalhos de hoje. Falo de um certo halo romântico que foneceu. Talvez tenha fonecido com os primeiros tiros - que foram disparados ainda em 64 e contra nós. A aventura da luta armada foi uma resposta equivocada, apesar das boas intenções, a esse fuga da

adolescência em 64. Porque a adolescência é coisa em botão e foi isto que os assassinos e canalhas do golpe de 64 quiseram sufocar.

Só que não conseguiram. Ainda ouvimos essas vozes do adolescer nas dobras e entrelinhas das ruas e esquinas. Ainda fazem o contraponto dos pragmatismo às vezes excessivos, das cruéis e morosas disputas pessoais que hoje, por vezes, vão substituindo as disputas ideológicas nos passos e paços da esquerdas. Essas vozes dispersas são na verdade os fios da meada. A elas ficamos fiéis. Uma das grandes marcas do golpe de 64 foi sua hipocrisia, o hábito de mentir deslavadamente para encobrir a própria violência, a própria feiúra. E sabemos hoje, já veteranos e calejados, que as qualidades do inimigo que nos impõe uma derrota se incrustam em nosso inconsciente. Aquelas vozes errantes são na verdade a nossa janela, o nosso desvio - com que às vezes podemos abrir uma curva no tempo, e lembrar daquilo que fomos, e sobretudo daquilo que deixamos de ser, para o bem e para o mal.

E aí dá raiva. Sem medo de ter sido infeliz. Lembro-me de um poeta canadense: "e seremos as bestas feras da esperança".

FLÁVIO AGUIAR

O BALZAQUEANO

MORNINGON!

